



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**

PRESIDENTE: RUTE COSTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 29 DE NOVEMBRO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Orador não identificado

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Olá. Bom dia, povo de luta. Estava dando os quinze minutinhos, que é o teto, para a gente poder começar a nossa audiência. Eu gostaria muito que as pessoas fossem sentando-se. Como este é um lugar que tem muito eco, peço para as pessoas que quiserem dialogar que façam baixinho ou ali fora para a gente poder iniciar a audiência pública.

Como muitos não me ouviram, vamos dar um “bom dia” coletivamente, pode ser?

Bom dia.

- Manifestação da plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Acho que agora todo mundo olhou para nós, deu certo.

Vou me apresentar. Sou Juliana Cardoso, Vereadora da capital de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores. Sou membro da Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher, vice-presidente da Comissão; membro da Comissão da Criança, Adolescente e Juventude e estou, nesta audiência, a pedido da Ação Comunitária Paroquial Jardim Colonial Padre Emir Rigon, entre outros, e do Movimento do Jardim Palanque de Proteção à Criança e Adolescente, que pediram esta audiência pública na Câmara. Uma coisa que solicitaram muito é que pudéssemos fazer no território e eu gosto muito disso, porque muitas vezes as pessoas não têm recursos, dinheiro, para poder chegar até a Câmara Municipal de São Paulo. Vamos ter uma audiência proveitosa, para a gente poder dialogar sobre as nossas angústias.

Os membros desta Comissão são os Vereadores George Hato; Rute Costa, que é a presidente; Ely Teruel, vice-presidente desta Comissão; Elaine do Quilombo, que está com o Covereador Júlio, que pode se sentar à mesa comigo; e eu.

Declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude em 2022, tendo como pauta a discussão sobre a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes no território, bem como a necessidade de instalação de serviços e realização de políticas públicas para o território do Jardim Palanque/Iguatemi.

Foram convidados para esta audiência várias Secretarias Municipais: de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Soninha Francine; de Cultura, Sra. Aline Torres; de Educação, Sr. Fernando Padula Novaes; de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zamarco; de Assistência e Desenvolvimento Social, Sr. Carlos Bezerra Júnior; Subprefeitura da Cidade Tiradentes, Sr. Lucas Santos Sorrillo; Subprefeitura de São Mateus, Sr. Roberto Bernal; Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Fabiana Zacarias Cesário Feitosa; os Conselheiros Tutelares de São Mateus, de São Rafael e o Conselho Municipal de Assistência Social.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios On-Line e pelo canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

A audiência contará com a intérprete de Libras Elisa. Peço uma salva de palmas para ela.

- Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A partir de agora, estão abertas as inscrições para fala junto à Secretaria desta Comissão, com a Miriam.

Agora, vamos compor a Mesa dos jovens. Convidamos os jovens Vitor Gabriel, do Grêmio Estudantil da EE Belize e Laura Leite, do CCA Santo Adriano. *Bora* participar, que a audiência é de vocês. (Palmas)

Convidamos, também, para compor a Mesa: representando a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Tifani Declaira Paulini Coelho, Coordenadora de Políticas para Criança e Adolescente; representando a Secretaria Municipal da Saúde e o Secretário, Dra. Mona Lisa Pantano de Carvalho, da Coordenadoria de Saúde Leste; representando o CMDCA, Fabiana Zacarias Cesário Feitosa, Vice-Presidente; o Movimento Jardim Palanque de Proteção à Criança e Adolescente; a Sra. Silvia Kiihl da Silva Rodrigues; a Sra. Cassia; e representando o CRAS Iguatemi, Sr. Wilson Pordeus Dedis. Sejam muito bem-vindos. (Palmas)

Gente, esta nossa audiência vem com esse perfil de escuta. Por isso, povo da Prefeitura, a gente vai ficar aqui um tantão de horas. Então a gente pode iniciar com os

Vereadores, depois os adolescentes e o Movimento, em seguida – não sei se vocês concordam –, vocês poderiam falar, as Secretarias ouvem e, no fim, a manifestação da Prefeitura. Não dá tempo para réplica. “Ah, a Prefeitura falou, eu não concordei, mas eu quero falar.” Não dará tempo, senão faremos outra rodada de discordância.

Por isso eu sugiro que a gente comece com os Vereadores, os adolescentes da Casa, o Movimento, depois a escuta do plenário, o diálogo com a Prefeitura e encerramos com os Vereadores. Todo mundo está de acordo? Levantem a mão, por favor.

Criançada, vocês estão de acordo? E os adolescentes estão de acordo?

- Manifestação da plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pronto, são vocês que vão mandar no rolê hoje.

Agora, haverá uma apresentação lúdica de abertura dos adolescentes do CCA Santo Adriano.

Pessoal, só vou pedir que usem máscara. Desde o dia 26, não podemos ficar nos espaços públicos sem máscara. A covid está pegando, está bom, pessoal? Por favor, fiquem com máscara, quem não tiver, favor providenciar com o pessoal da escola.

Bora lá, professor?

O SR. ROBERT GOES – Olá, bom dia. Chegou o momento tão esperado para o território do Jardim Palanque. As crianças prepararam uma intervenção cultural bem rápida, retratando um pouco o que vem acontecendo de ruim para o espaço do Jardim Palanque.

Espero que vocês prestem bastante atenção. É de grande importância todos e todas participarem e entenderem a complexidade que o CCA Santo Adriano vem passando, principalmente o Jardim Palanque.

Podem vir.

O JOVEM FELIPE – Olá, eu sou o Felipe.

O JOVEM PIETRO SUZART – Olá, eu sou o Pietro. A gente veio falar sobre o genocídio que acontece no Palanque.

O JOVEM FELIPE – Aos 17 anos foi morto em 2021.

O JOVEM PIETRO SUZART – Aos 17 anos foi morto em 2021.

O JOVEM FELIPE – Aos 19 anos foi morto em 2021.

O JOVEM PIETRO SUZART – Aos 18 anos foi morto em 2021.

O JOVEM FELIPE – Aos 20 anos foi morto em 2022.

O JOVEM PIETRO SUZART – Aos 18 anos foi morto em 2021.

O JOVEM FELIPE – Aos 18 anos foi morto em 2022.

O JOVEM PIETRO SUZART – Aos 16 anos foi morto em 2021.

A JOVEM DAIANE – Olá, sou a Daiane. Hoje vou falar sobre a reclusão. O menino tinha um sonho de ser jogador de futebol, mas ele foi preso com 18 anos.

O menino tinha um sonho de ser médico, mas foi preso com 18 anos.

O menino tinha um sonho de ser cozinheiro famoso, mas foi preso com 19 anos.

O menino tinha um sonho de ser craque de basquete, mas foi apreendido com 17 anos.

O menino tinha um sonho de ser adolescente, mas ele foi apreendido com 14 anos.

A JOVEM ISABELA GOMES – Eu sou a Isabela Gomes e vim falar sobre algumas coisas que estão acontecendo aqui no Jardim Palanque.

Eu gosto muito de morar aqui, mas moro aqui há dez anos, ou seja, eu nasci aqui, mas tem algumas coisas que me deixam chateada. Quando chove, a minha casa e a dos meus amigos alaga. Vocês sabem o que é ter uma casa alagada?

- Manifestação afirmativa da plateia.

A JOVEM ISABELA GOMES – Eu gosto muito de morar aqui, eu queria poder ter um lugar para poder brincar, mas aqui não tem.

Eu gosto muito de morar aqui, mas às vezes me dá um pouco de medo, porque aqui a violência é realidade. Meninos jovens morrem e são executados.

Eu gosto muito de morar aqui, mas vejo que por falta de oportunidade, muitos jovens estão usando drogas. Isso corta o meu coração. Quando chega o final de semana, tenho vontade

de ir para uma piscina ou de ir para uma pracinha.

Eu gosto muito de morar aqui, mas não gostaria de ter medo, porque sou menina, já que às vezes ouço falar de que alguém foi vítima, porque andava sozinha.

Eu queria que esse Palanque melhorasse e tivesse quadras, parques, casa de cultura, hospitais e lugares legais.

Eu gosto muito de ler. Sabe quantos livros eu já li na minha vida? Mais de 30.
(Palmas)

TODOS OS JOVENS – Eu não quero ser o próximo ou a próxima. (Palmas)

O SR. ROBERT GOES – Pessoal, muito obrigado. Uma salva de palmas para eles. Eles foram demais, mesmo. Acho que conseguiu retratar um pouco do que vem acontecendo. Isso não é brincadeira, é muito sério e eles não querem ser o próximo. Eles não querem ser o próximo, então a gente precisa olhar com cuidado para essas crianças e adolescentes e entender que eles estão morrendo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gente, acabou de chegar a Secretaria de Cultura, representada pelo Sr. Eric Augusto Alves. A gente tem que receber com muita salva de palmas, porque nós estamos precisando de muita cultura na nossa região, não é, pessoal?
- Palmas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Anuncio a presença da Sra. Kelly Rodrigues Melatti, do CREAS São Mateus; do Padre Elson – falo que é o padre mais jovem –, da Paróquia Santa Teresa de Calcutá; do Sr. Bila, da Associação do Palanque e da Sofia, do Jardim Palanque.

Gente, passo a palavra, agora, para o Júlio Cezar de Andrade, Coveador do Quilombo Periférico.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Bom dia a todas. Bom dia a todos, a todes. Quero saudar a Mesa, os presentes, a Vereadora Juliana, em nome da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico e da Mandata Coletiva Quilombo Periférico.

O debate de hoje vai falar de vulnerabilidade de crianças e adolescentes e as

demandas do território. É impossível não falar das demandas de nossas infâncias, adolescências e juventudes sem pontuar, sem salientar uma das opressões mais violentas, que é a opressão do racismo estrutural.

Como a Vereadora já está chegando, vou fazer a observação e depois ela fala.

A Mandata Coletiva vem denunciar o racismo estrutural presente e que vem de forma violenta aterrorizando vidas de crianças e adolescentes, expressa na desigualdade social e econômica, expressa no infanticídio e expressa no genocídio da população nos territórios periféricos. Defender a promoção e uma política integral de direitos humanos de criança e adolescente é defender a vida.

Portanto, que nesta audiência, possamos ouvir e escutar o que a comunidade, o que a sociedade vem a falar, um tema tão importante, tão válido para todas e todos nós.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Também está presente o Jeferson, assessor do Deputado Paulo Fiorilo - pode ficar com a gente, se você quiser.

A Vereadora Elaine do Quilombo Periférico também acabou de chegar. Seja muito bem-vinda, venha participar da nossa caminhada. É membro da nossa Comissão. Aliás, a gente faz uma dobradinha lá, não é, Elaine? A gente é minoria, mas nós damos trabalho. Vou passar a palavra para você. Você quer respirar um pouquinho?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está bom.

Quero agradecer muito a todas, todos e todes pela oportunidade de a gente estar aqui. É importante, nesta abertura, a gente fazer a memória do jovem que perdeu a vida no início deste ano; não só ele, mas muitos jovens que estão perdendo a vida. Mas esse foi também assassinado e tantos outros que têm sido vítimas dessa violência institucional. É muito bom estar nesta audiência pública.

E aí, gente, eu me elegi Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores, vou assumir agora no dia 1º de fevereiro. Aí eu já vi uma coisa: lá não tem audiência pública. Ai, meu

Deus, como não tem audiência pública, uma Câmara Federal? Tem só as escutas, seminários, enfim, então vai ser minha última audiência pública no território antes de terminar. Então já quero aproveitar essa liga de vocês também falarem um pouco indicações da relação do Governo Federal e do que a Câmara Federal também pode encaminhar.

Em que pese eu não vou participar do Orçamento, mas eu já posso participar de alguns indicativos do Orçamento, então eu também ter essa escuta de vocês porque também ajuda um pouco eu já entregar as minhas indicações agora para o Líder de Governo, Líder de Bancada, que é da Câmara Federal, o Deputado Reginaldo Lopes. E já tive uma boa conversa com ele a semana passada quanto eu estive lá.

E também estamos aqui com representação do Deputado Estadual... Se tiver algumas outras representações, por favor, anunciem aqui. Que também tem que ter demanda, porque a gente está..Tem que ter os três Poderes, Municipal, Estadual e Federal. Então, gente, 'bora' aproveitar esse momento para a gente também poder encaminhar, porque nós estamos discutindo Orçamento agora, estamos discutindo a fase de discussão de Orçamento, então isso é muito importante.

Quero dizer também que a importância de acontecer esse momento, ela foi muito motivada..Olha como a sociedade civil tem um poder muito importante, porque ela foi muita motivada na mobilização dos atores sociais desse território que consolidam o movimento do Jardim Palanque de proteção à criança e ao adolescente juventude, com os parceiros do Fórum Regional da Criança e Adolescente e da Ação Comunitária Padre Emir Rigon.

Então quero que vocês se sintam muito à vontade. Só não podemos passar das 13h, porque o nosso encontro está aqui das 10h às 13h. O que que eu queria combinar? Quando um fala muito, o outro não vai falar, está certo? Então ou a gente se organiza para alguém falar e falar em nome de muitas pessoas, para a gente não ser prejudicada para o último da fala. Por quê? Porque nós vamos ter que encerrar mesmo às 13h por conta da nossa estrutura da TV Câmara, da Mesa, porque eles também, depois daqui, têm que sair correndo para poder cobrir o plenário, e hoje o plenário vai pegar, não é? Então a gente precisa terminar às 13h.

Eu estou vendo a Prof.^a Patrícia? Vem aqui, gente. Nós estamos com a Prof.^a Patrícia da Universidade Federal da Zona Leste, gente. (Palma) Acho muito importante a senhora estar aqui, vir sentar aqui com a gente e também falar para vocês que são os jovens, adolescentes, que nós temos uma Universidade Federal.

Eu não sei por que que os adolescentes são protagonistas da história e estão aí no canto. Eu, se fosse vocês, vinha aqui para frente. Vem aqui para frente porque vocês que são hoje o dono da Casa. Mas, ó, dizer para vocês que nós temos uma Universidade Federal, gente. E a Prof.^a está aqui para falar assim: “A zona Leste pode, sim, ter estudantes dentro da Universidade Federal”, mas muitas vezes a gente não sabe.

E eu tenho muito orgulho de fazer parte dessa história que começamos desde o Padre Ticão, aí depois a gente não podia entrar dentro da Gazarra e foi entrando, entrando, entrando e hoje é uma Universidade Federal e, se Deus quiser, vai ser um *campus* muito importante para a nossa região.

Então, em um momento a senhora ajuda a gente aqui.

Bom, enquanto os meninos estão se organizando para poder estar aqui junto com a gente na roda, vamos passar para a próxima...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então passo para a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Bom dia. Bom dia, Ju. Bom dia a toda, todos e todes, todo mundo que está aqui nessa escola, todo mundo que está na mesa. Obrigada pelo espaço.

Primeiro eu queria saudar o mandato da Juliana Cardoso, nossa Deputada Federal agora, por chamar uma audiência pública no território, para que as pessoas possam participar. A gente tem feito essa movimentação, como a Ju disse, é uma dobradinha, de conseguir fazer a discussão onde o povo está, porque aquele espaço lá muitas vezes é muito hostil para nós, para o nosso povo.

Eu sou Elaine Mineiro, sou Vereadora do Município também e eu sou daqui do lado de vocês, eu sou de Cidade Tiradentes. Vim para Cidade Tiradentes com a minha família em 1987 e há dois anos atrás fui eleita Vereadora. Então é muito importante para a gente que é desses territórios, desses espaços, ter uma representação na Câmara, por isso que me candidatei; representações assim como a Juliana, que sempre foi uma parlamentar em que os movimentos de território, da periferia, do fundão da zona Leste sempre puderam contar, então é importante que a gente continue ocupando esses espaços e agradecer.

Acho que a gente veio falar hoje de um tema superimportante, que é a vulnerabilidade das nossas crianças e adolescentes, sobretudo as nossas crianças pretas, pardas, que vivem nesse território e a gente sabe que são atingidas pelos maiores indicadores de vulnerabilidade. Então para a gente é uma pauta superimportante. A gente também faz parte da Comissão de Criança e Adolescente e quer saudar essa iniciativa e dizer para a Ju, que agora é nossa Deputada Federal, porque a Juliana é a Deputada Federal do Movimento Negro também, porque é talvez a Deputada Federal aqui de São Paulo que seja mais próxima das nossas pautas, então é muito importante que a gente tenha ela lá na Câmara Federal, que no Legislativo aqui no Municipal, e a gente continua, todas as vezes que você precisar chamar uma audiência ou qualquer coisa do tipo, a gente continua chamando. (Palmas)

É isso aí. Obrigada, Juliana. Bom debate para nós.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, porque eu estava frustrada de não poder fazer audiência pública da Câmara Federal, então vocês me aguardem porque nós vamos andar esse mundão de meu Deus aqui da Capital.

Bom, enfim, eu queria também anunciar, chamar, fique muito à vontade de estar aqui com a gente na frente, a Viviane. Cadê a Viviane, que é chefe de gabinete... Levanta, amiga, que o povo precisa te conhecer. Que é chefe de gabinete do nosso Vereador Hélio, porque a Juju vai para Deputada Federal, então o suplente assume com outros suplentes. Vão assumir cinco suplentes, um do PSol, quatro do PT, cinco novos vereadores suplentes que assume porque os outros foram Deputados Federais, Estaduais e isso é muito bom para a gente.

Também anunciar a presença aqui – levanta – que é a Vanilda, que é minha chefe de gabinete. Fala “oi”, levanta aí, se apresenta. E que também é filha dessa região. Muita gente já conhece a Vanilda.

Pronto. Agora, gente, vamos para a apresentação das informações dos dados. O Movimento vai apresentar o levantamento de pesquisa que foi realizado no território cerca da vulnerabilidade e da ausência de política pública, está certo? E a gente vê a nossa agendinha. Que horas são? Então é quinze minutinhos, para 11h a gente começar a fazer a intervenção da Mesa para estar no nosso cronograma. Beleza?

Quem é que vai falar? Quem que vai fazer a... Aqui, pronto. (Pausa)

A SRA. CÁSSIA – Bom dia. Eu me chamo Cássia, atualmente estou gerente do CCA Santo Adriano. Este serviço é um serviço da Ação Comunitária Padre Emir Rigon que, para além dele, tem outros dez serviços no território do Distrito de Iguatemi.

Antes da minha fala eu gostaria, Juliana, de poder agradecer imensamente ao seu gabinete, enfim, à Comissão de Direitos das Crianças e dos Adolescentes da Câmara Municipal que atendeu nosso pedido, um pedido aí muito pertinente. E hoje nós estamos com esta casa cheia, então eu quero dar uma salva de palmas para toda a comunidade do Jardim Palanque (Palmas), que de fato compreendeu a importância desse momento de entender de fato que a audiência pública é um instrumento de reivindicação, um instrumento para que a gente também possa falar das dificuldades que a gente vivencia no nosso território. Então é muito importante poder ter esse espaço lotado, junto com as nossas crianças e os adolescentes também.

Eu gostaria que os adolescentes pudessem ficar de pé. Fiquem de pé todos os adolescentes da Escola Belize, do Martin Luther King. (Palmas) Até porque eu gostaria de agradecê-los porque se esse espaço hoje está todo organizado, essa mesa bonita, foram os adolescentes do Belize que colocaram a mão na massa para que esse ambiente pudesse estar afetivo para receber as pessoas da comunidade.

E eu gostaria que os adolescentes e as crianças do CCA Santo Adriano também pudessem levantar. Levantem todos os adolescentes e as crianças do CCA. (Palmas) E para

finalizar, as famílias do CCA Santo Adriano. Gostaria que vocês também pudessem levantar.
(Palmas) Muito bem. Muito obrigada. (Palmas)

Muito bem. Então eu gostaria de fazer um histórico, de poder falar um pouco do porquê que esse momento acontece. Então lá no início do ano, quando anos voltávamos de férias lá do CCA Santo Adriano - mais conhecido por vezes como Osem, a comunidade acaba conhecendo mais pelo Osem, mas é um Centro para Criança e Adolescente, é o CCA -, nós nos deparamos com uma notícia muito triste, de um adolescente que tinha sido um ex-educando do CCA Santo Adriano e que ele tinha perdido a vida pela violência do território. Isso nos fez recordar de um outro adolescente que há dois anos também teve a sua vida ceifada em razão da violência policial, que também tinha sido um ex-educando do CCA Santo Adriano, um ex-educando do CPA, que é um Centro de Profissionalização e Adolescente, o Cedesp, que também faz parte da nossa Organização Social.

E a gente começou a problematizar essa situação. Em tão, assim, será que esse é o destino das nossas crianças e dos nossos adolescentes que moram nesse território? Quando chegarem à adolescência, à juventude, eles terem as suas vidas ceifadas? Porque por falta de oportunidade, porque falta de repertórios muitas vezes não conseguem acessar outras políticas públicas.

Então a gente começou a causar uma inquietação, porque a gente atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, a gente consegue acompanhar o desenvolvimento dessas crianças, e a gente sabe da necessidade e da importância que é ter um desenvolvimento pleno e saudável. E para poder ter um desenvolvimento pleno e saudável é necessário que essas crianças possam acessar políticas públicas básicas.

A gente não está falando nada de extraordinário, a gente está falando que criança e adolescente têm que ter direito a ter uma educação de qualidade, numa escola que seja inclusiva. A gente está falando que criança e adolescente precisam ter direito a espaços de cultura, porque a cultura faz parte desse processo de desenvolvimento, a cultura contribui para o processo de ampliação de repertório. Então criança precisa ter o espaço da praça, porque é lá que ela

consegue socializar, que ela consegue interação com a comunidade, onde a comunidade também faz parte desse processo de cuidado, de garantir direitos.

Só que a gente não tem, e aí não dá para olhar para esse território e entender que esse território já tem aí mais de 30 anos de consolidação, não é isso, Amanda? Amanda tem quantos anos?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CÁSSIA – A Amanda tem 34 anos e, quando eu conversava com a Amanda, que a Amanda é uma mãe de um dos nossos educandos, ela contava um pouco da história do Jardim Palanque. E ela trazia que quando ela chegou, muito pequenininha, para esse lugar, aqui não tinha nada, aqui era de fato considerado zona rural, inclusive. Precisava pegar lá a água na cabeça para poder beber, para poder tomar banho, para poder fazer comida. E para poder sair de lá de cima para poder chegar na Ragueb Chohfi tinha que sair muito cedo de casa, porque o barro, se chovesse, o barro ali era um empecilho.

Então há mais de 34 anos, com a consolidação deste bairro, a gente percebe que muitas coisas ainda não chegaram para que essas famílias pudessem ter dignidade. Então, com isso, a gente criou então esse movimento convidando outros atores sociais para que pudessem fazer parte desse movimento. Então a nossa primeira reunião foi sediada lá no Creias de São Mateus, ali que está ali a presença da Kelly, que nos abriu ali a porta para que a gente pudesse, junto com eles que fazem parte dessa rede, a gente poder problematizar junto, porque todos nós vivenciamos problemas semelhante.

E com isso o movimento foi crescendo e a gente foi criando ali, conseguindo ali agregar outras pessoas, o CRAS que também esteve com a gente desde o início, e o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente de São Mateus que também abraçou essa discussão junto com a gente. E a gente chegou nesse momento, que é esse momento, que é o momento da audiência pública.

E aí eu já posso passar para os dados, Juliana? Já posso ir acompanhando os dados? Está funcionando? (Pausa)

Bom, a gente teve um probleminha técnico, o Fabinho... Não, mas acho que de logística. Não sei se o Wilson gostaria de antecipar a fala dele, aí depois a gente retoma com os dados. Pode ser, Wilson? Que a gente teve um probleminha com um *pen drive* e aí precisou organizar. Aí o Wilson também iria fazer uma fala, tudo bem, Juliana? Que a gente está tudo junto aqui. (Pausa)

O SR. WILSON PORDEUS DEDIS – Bom dia. Eu sou Wilson, sou assistente social do CRAS do Iguatemi e também sou morador da região, nasci nesse território, então tenho propriedade para falar um pouco desse território. Desde já agradecer pela presença de todos da mesa, de todos os participantes do território do Palanque. Convivi muito nesse território, tenho parentes que estudam nesse território, também tenho muitos filhos e filhas de pessoas conhecidas que também estudam nessa escola.

A gente vai somar um pouco à fala do CRAS a partir do que a gente vem construindo junto com o movimento, até como uma forma de trazer um pouco do que é trabalho da Assistência Social na região de São Mateus, mais especificamente no Distrito do Iguatemi e um pouco do Palanque.

A gente elaborou uma apresentação simples, que tem a ver mais com o dia a dia do nosso território, a fim de ilustrar um pouco as questões de vulnerabilidade que existem.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. WILSON PORDEUS DEDIS – O CRAS do Iguatemi compõe a Supervisão de Assistência Social de São Mateus. Na região de São Mateus há apenas dois CRAS, um fica no Distrito de São Mateus, que atende também o Distrito de São Rafael, o outro atende todo território do Iguatemi que, neste ano, completa 10 anos de existência.

Além dos dois CRAS, há o CREAS que fica na região de São Mateus e atende toda a política pública de assistência social nas situações de risco e violência contra as famílias da região.

Só para ilustrar um pouco, o que vai ajudar a nossa fala, na região de São Mateus há 123 mil famílias com domicílios em áreas subnormais ou de ocupação, que não estão

regularizadas. Há uma população em torno de 470 pessoas na região de São Mateus. Pode passar.

No Distrito do Iguatemi há no entorno, hoje, aproximadamente, 150 mil pessoas. Provavelmente, os números desses dados são muito maiores porque nos últimos anos passamos por um processo de muitas ocupações. Quem mora no território sabe o quanto as ocupações aumentaram na região.

Eu trouxe um recorte da faixa etária da população entre crianças e adolescentes, em torno de 28%, na região de São Mateus.

Há um dado importante da distribuição das famílias cadastradas no CadÚnico, o banco de dados do Governo, que é uma das bases para pensar políticas públicas na área da assistência social. Aqui a gente vai chegar num dado onde encontramos 83 mil famílias no Cadastro Único, o que representa em torno de 5% de todo Município de São Paulo. Só no Distrito do Iguatemi temos 30 mil famílias cadastradas. Pode passar.

Este é um dos dados mais relevantes que eu queria trazer, que é a faixa etária das famílias residentes na nossa região. Há famílias que estão na condição de extrema pobreza, que a renda é até R\$ 105,00, estão cadastradas cerca de 18 mil famílias.

Na linha da pobreza, de R\$ 105,01 a R\$ 210,00, estão quase sete mil famílias; de baixa renda, até meio salário mínimo, há 19 mil.

Se considerarmos só o recorte de renda, extrema pobreza, pobreza e baixa renda somamos cerca de 43 mil famílias nessa situação. Pode passar.

Há um índice enorme de pessoas com deficiência e idosos. No total há em torno de 9 mil famílias. O Iguatemi tem quase 1.800 famílias de idosos, que recebem BPC e cerca de 1.100 famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência.

Aqui um pouco do que é o CRAS, que é a porta de entrada da política de assistência social, trabalha situações de fortalecimento de vínculos e de proteção às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. A capacidade de atendimento de um centro de referência em São Paulo deveria atender cinco mil famílias em situação de vulnerabilidade.

Vou fazer um contraponto com a próxima apresentação. Podemos pegar o Município de Mauá, que faz divisa com o Distrito do Iguatemi, inclusive, com o Palanque que é aqui do lado. A cidade de Mauá tem, numa estimativa de 2020, quase 480 mil pessoas. Lá eles podem contar com oito CRAS e dois CREAS. Só na região de São Mateus há, aproximadamente, 464 mil famílias, mas apenas dois CRAS e um CREAS.

Para pensar a assistência social nesse território, pensar proteção de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência a gente não pode perder de vista esse dado básico.

Se pegarmos alguns *slides* anteriores e fizermos um recorte simples, não só dele, mas das situações de vulnerabilidade pela falta de acesso à renda, nós teríamos de ter em São Mateus, só por esse recorte, oito CRAS. Acredito que seja muito mais. Pode passar.

Outro recorte simples do atendimento do CRAS, ao longo deste ano, ou seja, de janeiro a outubro realizamos, aproximadamente, 27, 28 mil atendimentos. A nossa maior demanda é para os programas de transferência de renda, seja para inclusão ou manutenção desses programas.

Em torno de 38% do nosso atendimento é voltado para a questão do Cadastro Único. São demandas que procuraram o CRAS solicitando a inclusão ou atualização no Cadastro Único para ter acesso a algum programa social.

Desse montante que nos procurou, conseguimos atender em torno de sete mil, o que dá, aproximadamente, 25%. Há um público muito grande de famílias que procuram o CRAS pela dificuldade de acesso ao INSS. São famílias que buscam o Benefício de Prestação Continuada, BPC Idoso e BPC com Deficiência, representa em torno de 4% do nosso atendimento.

Fazemos carteirinhas para os idosos terem direito ao transporte interestadual, para viajarem a um outro estado, em torno de 1%.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família para as crianças e adolescentes que frequentam a escola, tanto da educação quanto da saúde estavam suspensas, porém voltou no mês passado. Nós já atendemos, apenas no recorte de junho e julho, mais de 450 famílias

na situação de condicionalidade.

Demanda para a cesta básica, que é o acesso à necessidade básica de alimentação, em todo atendimento do CRAS representa, hoje, em torno de 9% do público.

Apenas para ilustrar, toda demanda que apareceu no CRAS, neste ano, mais de 75% é voltada para os programas de transferência de renda: 9% cesta básica, 4% previdência, 1% carteirinha do idoso e o restante da porcentagem, de tudo o que fazemos no CRAS, de todos os tipos de atendimento, é em torno de 10%.

Tentei trazer na memória porque a gente tem dificuldade de obter retorno dos dados de alguns setores da Secretaria, para ilustrar um pouco desse território.

O Iguatemi foi um dos distritos que mais cresceu nos últimos anos, isso por conta de que era uma área com muitos espaços verdes que, aos poucos, foram sendo ocupados. Hoje, há um grande número de ocupações na região.

Automaticamente, há processos de reintegração de posse que, embora, nós, enquanto assistentes sociais, entendemos o direito do acesso à moradia, a terra é um direito, por vezes nós somos acionados para participar. Nós não vamos em dia de reintegração de posse, mas a gente vai antes para orientar a população, sobre Defensoria Pública, tentar demonstrar, de alguma forma, como ter acesso ao direito à moradia. Nesses últimos oito anos, nós tivemos cerca de 25 reintegrações de posse. Na região do bairro do Palanque, nós tivemos quatro.

Atendimento de emergência em situação de enchente é corriqueiro na região do Distrito do Iguatemi, o CRAS, neste ano, foi acionado oito vezes. No Palanque nós ficamos sabendo de uma, mas é muito provável que esse número seja muito maior. Estou dando dados de quando nós, enquanto assistente social, fomos acionados pela Defesa Civil local.

Na região de São Mateus há 48 serviços, com capacidade de 10.580 vagas, que fazem atendimento de proteção social básica, trabalha mais na linha preventiva, de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Atende-se crianças, jovens, adolescentes, adultos e famílias.

O repasse conta com verba estadual, municipal e federal, mas a maior parte é de recurso municipal, cujo valor é de um pouco mais do que três milhões.

Já na produção especial que trabalha na proteção da mulher, da criança e do adolescente vítimas de violência, que, por algum motivo, têm de ser acolhidos, assim como a violência contra o idoso, enfim trabalha a questão da violência na situação de risco social, dispõe de 24 serviços, onde há 1.807 vagas. Há um repasse em torno de um pouco mais de 2 milhões. Pode passar.

No Distrito do Iguatemi há 12 serviços de convívio e fortalecimento de vínculos, sendo que oito, são os mesmos serviços que atendem as crianças que fizeram a apresentação aqui, do CCA Santo Adriano. São oito os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, que atende um público de seis a 14 anos e 11 meses.

Há também um centro para a juventude, com 120 vagas; um NCI, Núcleo de Convivência de Idosos, que atende idosos no domicílio e convívio, dispondo de 100 vagas; dois Cedesp que trabalham com cursos profissionalizantes, ambos com capacidade de atender 400 vagas; dois SAS que é um serviço de atendimento às famílias, de produção básica no domicílio, cada um atende duas mil famílias na região do Distrito do Iguatemi.

Da média complexidade e produção especial, nós temos um serviço que atende à criança e ao adolescente com deficiência e um serviço que atende adolescente em medida socioeducativa. São os serviços dos quais o Iguatemi dispõe. Se a gente somar a produção básica com a produção especial nós vamos ter apenas 16 serviços nesse território, mais o CRAS enquanto unidade pública direta.

Os outros serviços da produção especial que também atendem o Distrito do Iguatemi, todos eles, em sua maioria, estão localizados na região do Distrito de São Mateus, porque aí também traz um pouco de dificuldade para as famílias que moram no Palanque, ou no Distrito do Iguatemi, para que tenham acesso a esses serviços que estão um pouco distantes do nosso território. Lá vamos ter vários serviços, como o Centro Dia, que atende pessoas idosas, o Centro de Defesa da Mulher. Pode passar.

O ILPI que é o Instituto de Longa Permanência para Pessoas Idosas, Centro de Acolhida para Adulto, mas conhecido como albergue, nós temos dois naquela região, há também a República para Adultos. Pode passar.

No território do Palanque nós só temos o CCA Santo Adriano, o NCI Iguatemi que atende esse território, mas atualmente não há famílias atendidas nesse bairro. Nós temos o SASF Iguatemi que atualmente atende 46 famílias do Distrito do Palanque. É um número baixo.

O CRAS do Iguatemi, ao longo desses 10 anos, temos quase 12 mil famílias com prontuários abertos. Desses 12 mil, apenas 3%, em torno de 331 prontuários são de famílias do Palanque. O que demonstra também para nós a dificuldade de acesso das famílias ao CRAS.

É um pouco isso a apresentação. A ideia era trazer de como o território tem as suas vulnerabilidades e risco, o quanto se apresenta cotidianamente na vida das crianças e adolescentes desse lugar e o quanto é o limite que dispomos, enquanto política pública de assistência social, de dar conta desse território tão complexo. Além das demandas deles, há uma especificidade que esse território tem divisa com Cidade Tiradentes e Itaquera. Isso, por vezes, traz dificuldade de gestão e atendimento das demandas.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Esses números que você tem já estão vinculados nas ocupações que tiveram no decorrer deste ano? Não. São só os números de atendimento sem as ocupações?

O SR. WILSON PORDEUS DEDIS – O CRAS é porta aberta. Então automaticamente a demanda das ocupações se faz presente no cotidiano nosso lá. Mas os dados são de forma geral. Aumentou muito nos últimos anos por conta das ocupações.

Quem conhece a região do Iguatemi sabe, principalmente tem uma entre a Ragueb e a Terceira Divisão, que é uma das maiores da América Latina, são ocupações que trazem diferentes questões que não eram da realidade desta região. Muitas famílias de outros estados, de outros municípios próximos que vieram para cá pelo acesso à moradia, mas que trouxeram as suas vulnerabilidades e as suas expressões e aí vem toda uma dificuldade de articulação

entre a assistência e demais políticas públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A Cássia deu certo? Já. Vamos cumprir o horário porque já passamos 10 minutos do combinado.

A SRA. CÁSSIA – Vou ser bem breve. Acho que nós tínhamos uma organização que fosse menos falação e pudéssemos ouvir a comunidade. Isso a gente precisa garantir.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

A SRA. CÁSSIA – Mas dentro desse processo chamado Movimento Jardim Palanque, tiramos uma estratégia que seria junto com os adolescentes, inclusive, que pudéssemos preparar uma pesquisa para entender como é que esses adolescentes enxergam algumas variáveis no nosso território. Chegamos aos resultados que vou trazer para vocês.

Da pesquisa, 139 adolescentes e jovens, do Jardim Palanque e das adjacências, responderam essa pesquisa. A pesquisa foi divulgada nas escolas tanto do Belize como do Martin Luther King, que é essa escola do lado e também no CCA Santo Adriano.

Das 139 respostas, 52% que responderam, estudam no Martin Luther King; do bairro 44% são moradores aqui do Jardim Palanque. Carol, por favor volta um pouquinho desse dado. Além do Jardim Palanque, outros quatro bairros também responderam: Jardim Marilu, Jardim Premiano e Cidade Tiradentes, que é o nosso distrito vizinho e outros, que moram um pouco mais distante e estudam aqui nessas escolas. Em relação à cor, raça e etnia 41% se autodeclararam brancos; 38 e 18% pretos e pardos e aí a gente também tem uma leitura em relação a esses dados: do que representa ser preto, do que representa ser pardo.

Da percepção dos adolescentes e jovens sobre os índices de violência aqui do Jardim Palanque - vou precisar de uma lupa - 43% entendem que aqui é uma área de risco. Quando a gente pergunta sobre abordagem policial, se alguém já sofreu algum tipo de abordagem abusiva? 5% dos que responderam, disseram que sim. Que a abordagem é uma abordagem abusiva. E os que não sofreram 14% entendem que já presenciaram, não sofreram, mas já presenciaram essa abordagem com outras pessoas.

No que diz respeito, se eles entendem, se já vivenciaram, se observam ou se

conhecem ali situações, que eles consideram, no âmbito legal, da percepção deles, do que é o tráfico de drogas, roubos, furtos. Então qual a percepção deles em relação a esses dados? 47,5% compreendem aí, que frequentemente observam ou conhecem situações semelhantes. 20% preferiram não responder, acho que isso é um dado importante. No que diz respeito a violência racial no território, 54,7% dos que responderam a pergunta, não conseguiram identificar, se o que eles vivenciam é uma violência racial. Desses 4% consideram, entendem o que é uma violência racial e conseguiram responder à pergunta.

Pensando um pouco no mapa da desigualdade agora recente de 2022, quando a gente olha para o Distrito do Iguatemi, vamos ver o Distrito do Iguatemi sempre à quem nos números. O Distrito do Iguatemi ele aparece... – esse dado é do que Carol? Do índice de violência policial. Então o Distrito do Iguatemi está ali. Lá nos últimos. Estando entre os cinco distritos que mais vivenciam isso na sua realidade do cotidiano.

Em relação aos homicídios de jovens. O Distrito do Iguatemi, a gente está entendendo Distrito do Iguatemi, não só o bairro do Jardim Palanque, mas toda essa população aqui, com mais de 151 mil habitantes. Então o Distrito do Iguatemi, aparece numa classificação de 33,3. Está entre os 10 principais índices onde acontece os homicídios de jovens. Quando a gente pergunta: qual é a percepção dos meninos e das meninas do Jardim Palanque no que diz respeito ao acesso à cultura, ao esporte, ao lazer? 64% entendem que o bairro não possui nenhum tipo de espaço de lazer. Nem aquele campinho, que a gente também não tem, mesmo se tivesse, eles não conseguem entender aquilo como espaço de lazer. Em relação as práticas esportivas: 71% dentro da percepção deles, também entendem que não há espaço de práticas esportivas no Jardim Palanque.

Por último é isso. Esses são os dados da percepção dos 139 adolescentes e dos jovens que responderam essas perguntas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gostaria de deixar algumas perguntas para vocês. Além da questão financeira e orçamentária que é perceptível a falta dela aqui, como que a gente faria para esses desafios que foram apontados aqui, em ordem de prioridade, iniciar?

Estou percebendo que está faltando um representante importante, que é da Secretaria de Segurança. A gente acabou não se atentando à Secretaria de Segurança para poder estar aqui. Isso, para a próxima audiência que for chamada, a gente precisa pensar em colocar aí a segurança pública. Dentro desses desafios, vamos dizer que a gente tem 100 ações, começamos por onde? Quais são as propostas que o território e o movimento está trazendo de problemas, mas a gente, também, tem que apontar quais são as soluções que a gente pode dialogar com a Prefeitura. Acho que isso é muito importante, até para gente poder avançar.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – As meninas estão apontando que é importante falar sobre a questão de transporte também.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Transporte não está aqui. Então precisa, dentro da nossa próxima audiência, transporte e segurança. Acredito que dá para fazer uma segunda rodada. Tem muita gente da Prefeitura aqui.

Crianças! Não. Crianças, não! Jovens. Quando eu chamo a Maria Clara de criança ela quase me mata. Então, jovens, a palavra é com vocês, se apresentem.

A SRA. LAURA LEITE – Bom dia. Estou aqui representando o CCA Santo Adriano. Minha expectativa desse encontro é para que tudo isso que a gente está fazendo, venha a dar resultado. Obrigada. (Palmas).

O SR. VITOR GABRIEL – Bom dia a todo.! Sou vice representante do Grêmio da Escola Estadual Belize. A mesma coisa, basicamente. Espero que tudo isso venha a dar resultados. Resultados bons, claro. É isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pessoal estamos num lugar que dá eco. Certo? Então tudo que a turma está falando aí no cantinho, estou ouvindo o segredo de vocês. Fica a dica. Vamos tentar concentrar aqui. Quem precisar conversar pode sair um pouquinho, - não estou expulsando – só para combinar ali o segredo depois volta para participar do nosso encontro, porque senão dá muito eco.

Gente, vocês estão muito fracos. Só tem cinco pessoas inscritas, é isso mesmo? Vamos começar com Iara De Colete Santiago, moradora do Jardim Palanque em seguida o

Padre Elson da Paróquia Santa Maria de Calcutá. Vamos combinar o seguinte: agora são 11h24, até meio dia a gente fica na escuta e depois a gente volta para ter uma hora do diálogo com a Prefeitura e encaminhamentos.

Com a palavra a Sra. Iara De Colete Santiago.

A SRA. IARA DE COLETE SANTIAGO – Olá. Muitas pessoas aqui já me conhecem. Sou moradora aqui há de 28 anos. Já fui trabalhadora da saúde há 18 anos, aqui da UBS Palanque que não era UBS. Na ocasião a gente utilizava o pesqueiro para gente fazer o atendimento da população que, muitas vezes, nem a vacina BCG não tinha ainda. As próprias famílias acabavam cedendo a garagem de carro para fazer campanha de vacina e a gente andando por essa multidão do Palanque para poder atender as pessoas. Daí acabaram construindo essa UBS, construindo não, foi cedida pelo CDHU que até hoje continua na mesma situação e não consegue atender mais a população que lá do fundo foi redividida a área e metade da população foi para Cidade Tiradentes que a acessibilidade é péssima, ou melhor, não tem acessibilidade. Se a pessoa for de ônibus tem que pegar duas conduções para ir e duas para voltar. Assim, pelo o que sei e o pouco que eu participo, sei que tem um terreno que foi cedido pela Subprefeitura e não foi construído e está prestes a ser invadido, se já não foi. Estou um pouco nervosa. Estou tentando ser o mais breve possível.

Outra dificuldade muito, muito, muito pertinente é o transporte. Só tem uma linha de transporte que é o Hospital Sapopemba, Jardim Palanque. Não tem horário para saída. A gente tem que ser vítima desse transporte. Infelizmente, a gente só tem esse. Não tem como reclamar. Reclamam 156 e continua sempre a mesma situação.

Outra coisa é acessibilidade que a gente fala pavimentação. Às vezes a gente pergunta para a pessoa: “Ah, o que você mais precisa para melhorar aqui?” A pessoa vai falar: “Preciso que asfalta, que joga um cascalhamento.” Ela não vai falar: “Estou com fome. Quero um outro tipo de acesso, outro tipo de coisa.” Estou dizendo por mim, se alguém quiser complementar depois. As ruas aqui não têm apoio da Subprefeitura porque eles dizem que ... Assim tem um apoio, mas mínimo. Porque eles dizem que não são ruas cadastradas, o CEP não

consta. Eu, na minha ingenuidade, assim que eu participo de algumas reuniões para saber, e acessibilidade é péssima. As crianças que não teve vaga no espaço dessas escolas, creches, EMEIs, vão para Cidade Tiradentes. O único acesso não é via particular, é uma via, que é um terreno particular que a gente acabou fazendo uma via a mão, que a partir de um ano, já vira acesso. O Subprefeito já está sabendo disso, mas é precária, na nascente do Riacho Aricanduva. E agora com essa chuvarada muito, provavelmente, as peruas escolares não venham mais, porque as peruas não têm acesso, porque chega a quase meio metro de lama com água. Outra coisa é a distância da escola. A única escola que tem aqui é essa. Tem crianças até o extremo do Palanque, chega a quase 4km. Alguns anos atrás, algumas pessoas aqui – quando fui agente de Saúde - só tinha uma escola no Marilu, tinha que andar e as crianças do Palanque eram chamadas - algumas ainda são – pé de barro. Porque, para chegar até o transporte ou a mãe colocava o saquinho dia de chuva, ou tem que trocar o calçado. Então são coisas, que eu acho assim, para não demorar muito, que são mais pertinentes para nós. Literalmente, nós estamos esquecidos. Como ela falou: um Campinho? Tinha sim, um único Campinho na vovó Carolina, era um terreno particular, que agora, provavelmente, vai virar de acesso, porque é único acesso que a gente tem.

Então gostaria de deixar para cada um de vocês, qual a possibilidade, em menos tempo, de nos atender. Um povo tão sofrido, tão carente de atenção de todos os Poderes, de todas as Secretarias. Deixo esse apelo para vocês. Muito obrigada! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Iara, é desafio, tá gente, que estou colocando para você, até para a gente não ficar numa audiência que depois não tem encaminhamento. Quais são, de todas essas ações que você falou, a prioridade? Entendo que são todas, mas a gente tem que iniciar por onde? Até para poder aqui no final dos encaminhamentos a gente poder colocar isso que você falou. Tá bom?

Com a palavra o Padre Elson Paulo Correia Lopes, em seguida o Sr. Flariston.

O SR. ELSON PAULO CORREIA LOPES – Bom dia todos e a todas. Sou Padre Elson da Paróquia Santa Teresa de Calcutá, da Igreja Católica, Apostólica e Romana. Estou

nesse território como Padre há dois anos. Tenho vindo a presenciar e vivenciar as demandas desse território. Inclusive, já fui algumas vezes na Subprefeitura, é triste quando você chega lá, inclusive fui maltratado lá, mesmo sendo Padre. O Subprefeito, em uma das reuniões que eu tive, foi mal-educado comigo. E você sempre ouve, quando você leva as demandas, de que é um lugar irregular. De que aqui é invasão, ocupação. Eu pergunto sempre: aqui não tem vidas? A gente não paga impostos? A gente não paga IPVA, inclusive, algumas áreas não pagam IPTU? Para onde vão esses impostos que a gente paga? E a nossa vida não conta? Nós não somos gente? Então não venham com essa desculpa de invasões, ocupações.

Eu fui tentar regularizar o CCA Santo Adriano, está sediado em um edifício da igreja. Cheguei na Prefeitura aparece como área verde. Você diz: um lugar onde tem crianças que são atendidas. A Prefeitura tem um convênio e diz que área verde. Nós não recusamos a pagar os impostos. Não! Não recusamos a regularizar, mas vocês não permitem. São tantas burocracias, instâncias, tantos empecilhos que põem, que a gente acaba não tendo nada. E vendo nossos direitos violados todos os dias você. Você vai reclamar da estrada, por exemplo, Estrada Vovó Carolina tem uma parte que está toda esburacada e você vai lá, eles dizem que está é assaltada. Onde? Não aqui aparece que já está asfaltada. Digo: vocês são cegos? Tenho foto, venham ver. Se está asfaltada, por que não tem asfalto? Onde está esse asfalto? Nesse chão não está! Então são desculpas. Eu sei que tem burocracias, leis, mas quanto a fatos não há argumentos. O fato é que as ruas não estão asfaltadas e que as pessoas vão poder se deslocar para vir. Nós sabemos, por exemplo, a condição do carro, se o carro quebrar por conta dos buracos na rua, se a gente for reclamar a Prefeitura tem que pagar pelo carro. Mas ninguém vai. Por quê? Por que primeiro: não sabem dos direitos e segundo porque você vai, perde seu tempo.

A questão das peruas. As peruas param logo ali e quantas pessoas moram da perua para cima e que tem que subir à noite e tem de enfrentar quando chove não sabe onde mete o pé, suja de barro, sujam-se todos, então não adianta colocar a perua até ali, colocar duas peruas para um montão de gente que sai daqui para trabalhar longe, pessoas honestas aqui não tem gente vagabunda, tem gente que levanta as quatro da manhã para buscar

o pão de cada dia. É preciso respeitar isso, isso é preciso respeitar. Quando olhamos para a violência, vemos a violência que assola o nosso bairro, a gente diz ok, querem diminuir a maioria penal para encarcerar mais os nossos jovens. Em vez de investir nisso porque não investem numa educação de qualidade. Olhem essa escola? Quantos andares nós subimos? O elevador funcionou alguma vez nessa vida nessa escola gente, nunca funcionou. E aí dizem que querem acessibilidade, quando um edifício nesse caso, do estado, não permite isso, tem um elevador que não funciona.

Então, onde nós vamos parar com isso? Estamos abandonados aqui e nós somos povos que tem direito, que tem vez, que tem voz, e nós queremos ser ouvidos. Então, tem muitas demandas. Viram o lixo que está na frente da UBS? Que vergonha, na frente da UBS, lixo, e a gente vai lá falar de saúde. Então, eu acho que é importante, claro, que o bairro tem que fazer o seu papel, nós temos que fazer a nossa parte, mas é preciso olhar para isso. Nós atendemos cerca de 100 famílias mensalmente com cestas básicas da Paróquia, graças ao Sindicato dos Químicos que nos ajudam, que nos assistem nisso, mas são pessoas que passam fome.

Eu gostaria que nós pudéssemos ser vistos, ouvidos, e que parem com essa coisa de que é irregular, tem vidas, que possamos olhar para as vidas que vivem nesse chão, que possamos olhar para as nossas crianças para que tenham vida e vida em abundância

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigado. Tem a palavra o Den e eu vou encerrar as inscrições de escuta porque senão não dará tempo de fazer os encaminhamentos.

O SR. DEN – Bom dia, Vereadora Elaine e Juliana. Muito obrigado pela prioridade de estar aqui, toda a Mesa cumprimentada. Juliana, pelo tempo vou colocar algumas questões pontuais. Primeiro para os gabinetes e a Comissão. Queria indicar até em resposta ao que a meninada dizia ali, quando perguntado para os dois adolescentes, a fala deles foi que o que vai ser falado aqui que se transforme em resultado. Então eu queria já solicitar a Comissão uma nova audiência aqui no ano que vem para ver o que mudou e o que não mudou, porque senão a gente vem aqui, fala um dia e esquece, se possível em julho, que é o mês de aniversário do

Estatuto da Criança, teríamos todo o primeiro semestre para verificar o que dá para fazer.

Outra questão ligada a Câmara é uma solicitação, eu pude observar que a plaquinha de representação da Subprefeitura está vazia ali no canto, então não tem Subprefeitura na Mesa, e a Comissão de Criança e Adolescente solicitasse à Subprefeitura de São Mateus quais são as áreas públicas que existem aqui no Palanque onde possam ser construídos equipamentos públicos. A Prefeitura tem que informar isso, o posto de saúde funciona onde não existe, e se não tiver uma área pública, não vai ter um posto de saúde decente, ou não vão ter outros serviços aqui.

Junto com isso a gente sabe que infelizmente esses cantos da cidade ficam esquecidos no Orçamento, que as Bancadas que estão aqui de gabinete de Vereadores... tem o Gabinete do Élio que esteve aqui, estava o do Paulo Fiorino, estadual, que se passa direcionar emenda parlamentar do Orçamento, direcionado especificamente para o Palanque, que possa viabilizar entre outras coisas a Unidade Básica de Saúde na área pública que a Prefeitura indicar, se não, não vai sair.

Eu quero fazer deixar um apelo pontual à Assistência Social que pudéssemos viabilizar, sair com compromisso daqui, como estava na fala da Cássia, a preocupação maior é importante é com a adolescência, pelo menos um centro para a juventude, o espaço a gente tem que ver, tem que vir aqui para dentro do Palanque. O que você disse de CJ e Cedesp está lá no Jardim São Gonçalo, está muito longe daqui. Então, precisamos ter uma ação da Assistência Social aqui no Palanque focado nos adolescentes, se não, Cedesp, pelo menos o centro de juventude precisa ser prioridade para o ano que vem.

Quero aproveitar, querida Fabiana, Vice-Presidente do CMDCA, duas questões: você sabe que levamos um documento para o CMDCA pedindo que na eleição do ano que vem para conselho tutelar, que possamos contar com o terceiro conselho tutelar aqui na região e que seja um conselho tutelar específico do distrito do Iguatemi. Queremos esse compromisso do CMDCA e que a Câmara também pressionasse, pela lei municipal atual, quem vai definir por fim é a Secretaria dos Direitos Humanos. Então, que tanto conselho, quanto a Comissão

pressionasse a Secretaria de Direitos Humanos para esse foco e tem que se definir agora a eleição em outubro.

Estou finalizando aqui com um apelo especial, que eu também queria deixar aqui aos Vereadores que é o acompanhamento da investigação da morte dos dois jovens que ficaram aqui, que tenhamos um acompanhamento, que tenha retorno aqui, ouve ou não ouve investigação, quem é que matou? E que a Comissão de Criança e Adolescente assuma esse compromisso conosco. O compromisso precisa ser: toda criança e adolescente que morrer de forma violenta na cidade de São Paulo precisa ter uma investigação pela Comissão de Criança e Adolescente na Câmara. Precisamos deixar aquela história que é mais um menino ou menina preto e periférico que morreu. Cada vida importa, as nossas, principalmente, eu queria também pedir esse compromisso da Câmara. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu já estou aqui pipocando, desde o início está me dizendo para chamar o Conselho Tutelar do Parque São Rafael Edna Gonçalves, que já chegou aqui, por favor, venha aqui com a gente na nossa Mesa. Anuncio o Eugídio Alves Carvalho, que é coordenador do Fórum da Criança e do Adolescente de São Mateus. Obrigada. Gente, meio-dia é o nosso teto, e já são 10 pessoas inscritas, quando chegar ao finalzinho serei um pouquinho mais dura no tempo, então, Wellington, do CCA São João e Alexandra Maria de Jesus, moradora do Jardim Palanque, já fique perto, está bom. Com dois minutos eu levanto a mão com três minutos eu peço para encerrar, beleza.

O SR. WELLINGTON – Gente, bom dia, vou tentar aqui dar conta da minha lista, enfim, fiquei prestando atenção na apresentação das crianças e várias falas importantes ali que as crianças trouxeram, inclusive demandas, se for discutir demandas, é só a gente prestar atenção ali na apresentação que as crianças trouxeram. E aí, galera, veja bem, crianças e adolescentes de quebrada falando sobre morte, falando sobre homicídios, falando sobre um futuro ceifado. Nem era para essas crianças estarem aqui falando sobre isso.

Enquanto isso nós temos uma outra infância, que é uma infância rica, que está preocupada com outras questões, está preocupada com seu futuro e com seu desenvolvimento.

Então, nós já vemos aí a questão de classe que é muito presente na cidade de São Paulo que inclusive a cidade de São Paulo é inimiga da infância dos que moram aí nas quebradas infelizmente. Quando nós falamos do que é prioritário para esse bairro, nós estamos ali fazendo um recorte da infância e da juventude, nós precisamos de políticas públicas que enxerguem crianças e adolescentes, pretos e pretas, dos bairros de quebrada, que isso não acontece, galera. Inclusive se pegarmos o artigo 53 do ECA, o artigo 53, não fala só de educação, vai falar também de cultura, esporte e lazer. E aí eu vou perguntar para o representante da cultura: Qual é a política pública que tem no distrito do Iguatemi ou especificamente para o Jardim Palanque? Porque nós não enxergamos a cultura aqui nesse pedaço e não adianta falar que tem centro cultural em Cidade Tiradentes, que tem casas de Cultura em São Mateus, que tem Casa de Cultura em São Rafael, porque criança de 6 aos 12 anos ou aos 14 anos não tem autonomia para circular pela cidade. Então precisamos de equipamentos de cultura próximos da residência dessas crianças e desses adolescentes.

Por fim, nós não podemos ficar apenas reféns de políticas da Assistência Social, nós precisamos de políticas de outras Secretarias, então, cultura, esportes, lazer, fazem parte do desenvolvimento pleno também de crianças e adolescentes.

Para terminar de verdade, quando falou ali da segurança pública, na verdade, nós temos que questionar que segurança pública é essa, porque essa segurança é a que traz medo para os nossos bairros e aqui já peço para Comissão também da Criança e do Adolescente verificar com a base da GCM que tem aqui no Iguatemi o porquê eles estão com abordagem truculenta em relação aos jovens e adolescentes desse bairro até a GCM me parece que virou grupo de extermínio. Então, precisamos verificar o que está acontecendo aqui na cidade de São Paulo

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Estou ouvindo o segredinho de vocês, está muito alto o segredinho que vocês estão contando, então, por favor, estou pedindo para vocês falarem um pouquinho mais baixo para podermos dar conta de ouvir. Chamo Alexandra, moradora do Jardim Palanque e já quero pedir para Edjane Araújo, que é da Supervisão de

Saúde de São Mateus. É da Supervisão, podemos ficar para o final, porque daí vocês já respondem, vocês fazem essa dobradinha no final. Então, a Rose da Ação Comunitária.

A SRA. ALESSANDRA – Bom dia, na verdade, eu sou Alessandra, a Alexandra foi passar e perdeu a vez dela, é minha irmã, fica em paz. Então, gente, eu concordo com que a Lara falou, porque eu também moro aqui há 20 anos, 22 anos eu moro aqui, e a gente sofre, não temos um asfalto, um transporte, um posto de saúde adequado, concordo com que o Padre falou, a gente é desconhecido, estamos como um Gasparzinho, a gente não existe, vai buscar ajuda na Prefeitura, a gente não existe em lugar nenhum.

Outra coisa que foi falada aqui, quero complementar mais coisas, os adolescentes que faleceram, perderam a vida, por falta de recursos, fora aqueles, tem muitos que estão na droga, tem muitos que foram parar nas prisões. Eu tenho um filho que por misericórdia do Senhor, o Senhor teve misericórdia dele, ele foi preso, não morreu, graças a Deus, mas eu sinto a dor das outras mães que perderam por falta de recursos os filhos, que não tem como. O famoso Osem, o meu filho começou...eu tenho cinco filhos, os quatro...começou desde o mais velho, até o Cauã, que tem 14, e o pequeno também vai porque é o único recurso que temos, é o único recurso. É doloroso uma mãe trabalhar, sai quatro horas da manhã, tem que sair três, porque não tem um transporte, para criar seus filhos, e depois receber uma notícia que seu filho morreu, que seu filho está preso, porque a gente quer bem dos nossos filhos, a gente quer uma criação adequada, num bairro que a gente não tem educação direito, não temos saúde, não tem transporte, não tem nada, um asfalto digno não temos.

Quando eu mudei para cá era lama, a gente saía na lama, na chuva, a gente era xingado, entrava no ônibus todo sujo, a gente era xingado, humilhado, não só os pretos, brancos, os pardos, todos, a gente sempre foi humilhado. É doloroso, eu sinto a dor dessas mães que perderam seus filhos, das mães que estão perdendo para droga, porque as crianças não têm o que fazer, os adolescentes não tem, então ficam todos na esquina sem fazer nada, aí acaba conhecendo o crime. Vem a polícia, a polícia não quer saber, eu já vi jovens chegar do serviço com a mochila nas costas e ser abordado e tomar tapa na cara. Primeiro eles batem depois eles

vão perguntar, isso é indignação, a gente fica indignado. Ninguém pergunta se a gente tem o que comer, se nossos filhos têm o que comer, mas na hora de chegar, bater, agredir e fazer, isso é doloroso, isso dói.

Então, eu peço para vocês um recurso, alguma coisa para ajudar eles. O CPA também ajudou muito, só que é longe, é muito longe, então eu peço ajuda para vocês para poder ajudar eles, porque eles são nosso Brasil amanhã, se não tiver ajuda, não vai ter, não vai ter Brasil amanhã. As cadeias vão estar cheias, os drogados vão estar... não tem ajuda, tem que ter Assistência Social, todos que puderem ajudar eu agradeço e agradeço a oportunidade de estar falando.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Desculpa, Alessandra, é que aqui estava escrito Alexandra. Ah está bom, então não errei, beleza. Agora é a Rose, da Ação Comunitária, em seguida, já peço para o Eugídio do Fórum de São Mateus ficar aqui próximo.

A SRA. ROSE – Bom dia, quero aproveitar essa audiência, quero aproveitar a representatividade e, sobretudo, a representatividade dessa Mesa para trazer uma questão que eu considero muito triste. Esse é o ano que o município de São Paulo está discutindo conferências, estão acontecendo conferências. Recentemente tivemos, para quem não sabe, conferências discutindo direito de criança e de adolescente. Nós tivemos recentemente a Conferência da Meninada, Conferência Lúdica Municipal e teremos segunda e terça, a Conferência convencional dos Direitos da Criança e do Adolescente. E por que eu falo de tristeza?

Porque o grito que os meninos fizeram aqui, aquela fala dos meninos do CCA que foi perfeita, perfeitamente triste, esse grito não foi ouvido na conferência municipal, na conferência lúdica. O grito dos adultos que estão aqui, educadores, participantes dessa audiência, também não vai ser ouvido, porque as conferências se deram de forma virtual, onde pouquíssimas pessoas participaram, sobretudo, quando olhamos para o fundão é uma meninada e são adultos que muitas vezes não tem acesso à internet, não tem acesso aos equipamentos, não participaram. Nós não participamos. Eu participei de conferência em Itaquera e Guaianazes

porque foi convidada. São Mateus não participou. Nós não vamos estar lá falando o que a gente está ouvindo aqui e isso me entristece.

Então, eu quero aproveitar para fazer essa denúncia e dizer que São Paulo é pioneira na Conferência Lúdica. São Paulo inicia o processo de debate com criança e adolescente. Poxa! Como é que eu vou discutir problemática de criança e adolescente se eu não ouvi o que a criança e o adolescência tiveram para me dizer? E hoje nós ouvimos aqui. E só aquela fala e a fala dos dois meninos na mesa já nos levariam a, no mínimo, três dias de debate, e a gente não teve essa oportunidade.

E quero aproveitar também e dizer que, apesar de estar fora dos calendários, o fórum de São Mateus está se organizando para realizar conferência lúdica regional, porque, independente de estar no calendário ou não, nós achamos que é importante fazer com que a nossa criança e o nosso adolescente façam esse processo, participem desse processo, sejam protagonistas, gritem por ele, falem por ele, e não fiquem esperando que alguém fale para ele. Então, gostaria de agradecer essa representatividade e dizer que não dava para a gente sair daqui sem fazer esse grito pela meninada.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Eugidio Alves Carvalho.

O SR. EUGIDIO ALVES CARVALHO – Muito bem. Juliana, bom dia. Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Bom dia, Eugidio.

Turma, eu estou precisando muito, muito, muito que vocês falem um pouquinho mais baixo. Beleza, porque a gente está ouvindo o segredinho de vocês. Está bom? Obrigada.

Eugidio.

O SR. EUGIDIO ALVES CARVALHO – Muito bem. Bom, retomando, bom dia a todos. Bom dia.

- Todos os participantes gritam: “Bom dia. Bom dia.”

O SR. EUGIDIO ALVES CARVALHO – Em nome aqui dos adolescentes, eu queria cumprimentar aqui a Mesa, muito bem representada, por sinal. Queria aqui, demais, Juliana, em nome do fórum de São Mateus, fórum dos direitos dos adolescentes de São Mateus, fórum histórico - Vereadora Elaine – de mais de 40 anos que, às duras penas, vem trabalhando para, junto com a comunidade, trazer políticas públicas para esse território.

E na pessoa da companheira Silvia, nossa Presidenta, eu queria aqui cumprimentar toda a entidade, a Ação Comunitária Paroquial Jardim Colonial Padre Emir Rigon, a quem peço uma salva de palmas. Mais palmas, mais palmas. (Palmas)

É a entidade ação comunitária, Fábio, que juntou essa galera aqui para essa audiência, Juliana.

Gente, assim como o Fábio Rodrigues, a nossa companheira Edna e a Vereadora Juliana Cardoso hoje, Deputada Federal eleita, somos filhos e frutos do CCA de hoje. Ou seja, eu hoje sou casado e tenho dois filhos. Aliás, uma filha de 22 anos, Juliana, que você sabe, que, nesse ano, se forma em Direito, a Paloma, com muito orgulho. Também foi do CCA. Meu filho Igor, de 17 anos, agora acabou o Ensino Médio, Sueli. Ou seja, nós somos fruto da história. Por que eu falo isso? Porque não é concebível que uma região de São Mateus, com 45 quilômetros quadrados e com mais de 700 mil habitantes... Abro aspa. Vocês sabiam o censo de 2010 vai dizer que São Mateus, nos três distritos, somos 453 mil habitantes? Isso não é verdade. Sabem por quê? Porque o censo não conta pessoas, como o Padre Elson colocou aqui. Aliás, eu cumprimento o Padre Elson pelas palavras, Não estão contabilizadas por não haver CEP na região.

Vereadora Elaine, ou seja, nós somos a região com mais de 600 mil habitantes. Se nós não tivermos recurso público, orçamento para política pública preventiva... E aí eu quero aqui fazer *link* com a minha fala com o Wellington, gente. Vejam, é muito fácil a gente atacar a pedra e apontar o dedo. Agora, cadê a política pública preventiva de esporte, lazer e cultura aqui

no palanque?

E aí, Juliana, não podia sair daqui, nobre Vereadora, sem fazer uma fala de repúdio sobre o orçamento que a SMADS e a Prefeitura de São Paulo está colocado, para o ano que vem, que está cortando recurso para a Assistência Social. Não é concebível que a cidade de São Paulo, o maior orçamento do país e da América Latina, reduza o orçamento para o ano que vem, e aí teremos o CCAs prejudicados, os Cedesps, os CJs, ou seja, todas as políticas públicas que nós precisamos.

Então, gente, chega de hipocrisia, e que o Prefeito Ricardo Nunes e a Câmara de São Paulo aprove um orçamento para São Mates e para essa região para Cultura, Esporte e Lazer, para que não tenhamos, jovens nas páginas de jornais e as famílias chorando pela perda de seus filhos.

Chega. Queremos vida plena para todos. Menos fala e mais ação.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Pedro Oliveira, do Movimento Cultural Jardim Palanque.

O SR. PEDRO OLIVEIRA – Olá. Bom dia a todos. É importante aqui esse movimento construído aí junto a parceria com as organizações e os moradores. Eu trabalhei aqui, por cinco anos, na medida socioeducativa por uma organização local. Tive a oportunidade de conhecer e de circular muito por esses bairros; primeiro entender essa política de medidas socioeducativas super desvalorizadas, com baixos recursos, onde o juiz que julga cinco casos tem o seu salário superior ao que a organização recebe para poder atuar dentro de um distrito.

Então, entendendo que o Iguatemi é extremamente vulnerável, ou pela ausência de política pública ou pelo sucateamento dessas políticas públicas, observo aqui que, no mês de agosto, houve aqui Prefeito e um monte de Vereadores para inaugurar uma sala de SP Cine, no CEU São Mateus, que, até hoje, no mês de novembro, não está funcionando. Então, quando há uma política pública para a periferia, é uma política esvaziada. Quando a gente tem uma unidade de saúde, há um espaço boneca, porque é um espaço super pequeno, que não atende à

comunidade. Então, há essas ausências.

Dizendo que distrito do Iguatemi não tem uma casa de cultura enquanto a gente não está aqui disputando, tem que haver concentração. Em São Mateus, há duas casas de cultura, uma próxima da outra, São Mateus e São Rafael. É preciso o Iguatemi tenha casa de cultura, até para que o desenvolvimento da criança, do adolescente, do jovem e do adulto não fique só concentrado no CCA e no Cedesp, e que a gente não esteja se preparando só para o mundo do trabalho. A gente está preparando para o desenvolvimento de uma forma geral, entendendo que a cultura não é só a cereja do bolo, não é algo só para entreter não. É também para trabalhar desenvolvimento da capacidade. Então, para que a gente possa aqui exigir – e aí está a minha demanda – que Iguatemi possa ter uma casa de cultura, para que essa população, tanto do palanque quanto do Recanto Limoeiro e Laranjeira, possa ter. Aqui, em São Mateus, é o berço onde se projetaram diversos artistas. A gente tem aqui uma banca DRR, Defensores dos Ritmos de Rua. Nós temos aqui o Quinteto em Branco e Preto, que saiu daqui, vizinhos, entre outros artistas importantíssimos, que deram visibilidade para a cidade, para o Estado e por que para o país? Então, a gente precisa investir, para que adolescentes, jovens, crianças e adultos, de maneira geral, possam ter um espaço, uma casa de cultura, e a gente também não aceita uma política esvaziada. Tem que ser uma política digna, porque nós pertencemos à cidade de São Paulo. Nós pagamos impostos. Então, que, de fato, a política pública tenha que existir, assim como a Unifesp, temos aqui próximo, para que, de novo, a Unifesp é um campo que também se a gente não abraçar, a gente vai perder e está aqui, vizinho nosso. Então, a gente precisa ter uma política pública que tenha um investimento digno tão quanto o restante da cidade de São Paulo, como Pinheiros e outros distritos.

Então, é isso. Fica aqui a minha nota de repúdio pelas políticas públicas esvaziadas que há aqui. Então, a gente não quer uma política esvaziada, exigindo uma casa de cultura, para que o distrito do Iguatemi também possa atender ao palanque.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Venilson Fernandes,

morador do Jardim Palanque.

O SR. VENILSON FERNANDES – Obrigado, Vereadora. Olá, pessoal. Aqui uma galera já me conhece. Eu vou falar duas palavras rapidinho. É muito rápido, porque é muito objetivo.

Primeiro, população, galera do palanque e região, quando eu estava distribuindo os convites para o pessoal vir à reunião, que é uma oportunidade muito boa e única; para mim mesmo, é a primeira vez que eu fico de frente às Vereadoras que não conhecia. Eu vou falar um pouco do nosso bairro, como morador.

A gente está dividido. Aí o pessoal fica: “Espera aí: Nós pertencemos a Tiradentes ou a São Mateus?” E é justamente nessa divisa que a gente sofre tudo isso, que todos já falaram. Está bom? Então, queria fazer essa pergunta para vocês: “Quem vai lutar por nós?”

Outra coisa, pessoal, pessoal que está todo mundo presente no palanque: Nós vamos ficar atentos e de olho nas reivindicações que foram feitas hoje e nós vamos acompanhar. Para isso nós temos as redes sociais. A gente acompanha as reuniões na Câmara e tudo mais.

Como um companheiro aqui falou, ele sugeriu uma reunião para o próximo ano, no mês de julho. Para nós, seria muito importante. E que vocês tragam mais gente, porque aqui há dois gatos pingados: “Ah, eu não vou porque isso é coisa do PT; eu não vou porque eu sou da Assembleia e você é da Congregação ou é católico.”

Gente, aqui não se trata de religião, aqui não se trata partido, nada. Nós queremos representantes que lutem por nós, e chega. Falam de racismo e preconceito e não mudam? Então, primeiro nós temos que nos mudar, para depois a gente mudar a nossa realidade. Se eu estiver falando besteira, alguém manda eu calar a boca.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Jeferson, do gabinete do Paulo Fiorilo. Você tem que falar o seu apelido, porque acho que ninguém o conhece como Jeferson.

O SR. JEFERSON – Boa tarde a todos. É verdade, Juliana. A maioria das pessoas

aqui, na região, conhecem-me como foguinho.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É isso.

O SR. JEFERSON - Eu não gosto, mas, quando você não gosta, o apelido pega; mas vai fazer o quê?

Pessoal, por que nós estamos aqui em relação a essa audiência pública? O palanque tem a carência de duas situações gravíssimas, que é o recapeamento da Vovó Carolina e a mudança do ponto de ônibus, para o ponto final, que o Padre aqui citou.

Nós já representamos, por várias vezes, o gabinete do Paulo Fiorilo, com ofício, tanto na subprefeitura de São Mateus quanto na subprefeitura da Cidade Tiradentes. Nós estamos tentando achar quem faça alguma coisa, uma vez porque têm orçamento, têm equipe e têm maquinário, e não executam, não fazem. Não é verdade? Esse problema também foi externado aqui.

esse problema. O Flariston citou os parlamentares a empenharem emendas junto à UBS. O gabinete do Paulo Fiorilo, há uns quatro anos, nesse primeiro mandato dele, como Deputado Estadual, empenhou mais de 15 milhões de reais na Saúde, em várias UBSs, hospitais, tanto na capital quanto no interior. Então, o gabinete está à disposição. O pessoal que trabalha na UBS e quiser conversar com a gente, a gente conversa, bate um papo, vê qual é a situação e o que pode ser feito, para encaminhar. Nós estamos à disposição. O gabinete está à disposição. Sempre estive à disposição. Agora, deixa a gente sem entender o que acontece é porque a subprefeitura de São Mateus tem orçamento, tem maquinário, tem equipe e não executa. Mas a gente sabe o porquê, porque o Foguinho, que é do PT, Juliana, nós somos do PT, e a gente põe a cara e amassa barro, tem o carimbo de ser do PT e são do PSDB, da direita, aquela coisa toda. O povo paga a conta por ideologia partidária. Não podem fazer essas coisas. Têm que executar.

Eu coloquei emenda, eu indiquei emenda parlamentar para uma UBS em que a gestora é bolsonarista doente. Ela põe celular na testa e canta Hino Nacional para o pneu. Eu coloquei, eu falei: “Paulo, coloca, porque o povo precisa.” Não é ela. O dinheiro não vai para ela,

vai para a UBS. Então, assim, o gabinete do Sr. Paulo Fiorilo está à disposição para qualquer munícipe, para quem um de vocês. É só nos procurar, é só entrar em contato. Depois que acabar, eu passo o meu telefone para vocês. Quero entender o que está acontecendo e vamos conversar. Essa é a função do parlamentar e do assessor: entender os problemas dos bairros, e vamos ver se a gente consegue se juntar, para ver se essa subprefeitura faz alguma coisa, executa o que o pessoal está pedindo, Juliana. Há um monte de ofícios nossos lá, e não fazem, não executam.

Está bom, pessoal? Obrigado. Estamos juntos. Podem me procurar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem. A gente está indo bem com o tempo. É meio-dia e dez. E aí o que eu vou pedir para a Mesa? Gente, principalmente quem é das secretarias, por favor, a questão não é ficar dizendo que a Prefeitura está fazendo isso e aquilo. É para poder ajudar a gente aqui nas respostas da escuta das pessoas. Então, por exemplo: “Olha, a Secretaria de Direitos Humanos, que está aqui presente, sobre essa relação dos jovens que foram assassinados, qual é o objetivo ou o que vocês, enquanto secretaria, podem fazer para se unir com a Comissão de Saúde e o fórum?” Claro, e dar notícias de coisas que você acha que dá liga, para poder fazer trabalhos especificamente no Jardim Palanque, não a nível de cidade.

A mesma coisa com Saúde e a mesma coisa com Cultura. É objetivamente o que nós aqui, enquanto secretarias, podemos atuar e responder especificamente nos palanques. É claro que há algumas coisas que são em nível de secretaria. Aí cabe aos Vereadores e às Vereadoras falarem: “Ô, saúde, por que não está vindo tal orçamento, tal reforma, tal atuação no Jardim Palanque?” Então, queria muito deixar claro nesse sentido, porque senão a gente se perde em dizer o que a Prefeitura está fazendo e a gente não fala especificamente das coisas que estão acontecendo aqui na região.

Beleza? Antes de passar para a Mesa, para a Prefeitura, em específico, eu queria passar a palavra para a professora, para ela falar um pouquinho da nossa faculdade, da nossa universidade. E eu sei que ela tem feito atuação importante aqui.

Combinando que é meio-dia e dez, a gente precisa ter uma escuta da mesa, de meia hora, para, em dez minutos, a gente fazer o encaminhamento. Beleza?

A SRA. PATRÍCIA – Boa tarde. Obrigada, Vereadora. Agradeço e cumprimento a Mesa e todos os presentes. Cumprimento o movimento do Jardim Palanque. Meu nome é Patrícia. Eu sou professora da Unifesp, Universidade Federal de São Paulo, *campus* zona Leste. Para quem não conhece, o *campus* zona Leste da Unifesp abriga o instituto das cidades.

Moçada, a gente tem o curso de graduação em licenciatura e bacharelado em Geografia. A Universidade Federal de São Paulo é uma universidade pública gratuita. Para entrar no curso de Geografia, basta prestar o ENEM. Então, o acesso é público. O *campus* fica aqui na Jacu Pêssego, nº 2.630, para quem quiser ir lá conhecer. Então, é bem pertinho daqui.

E esse *campus* é resultado de luta de movimentos populares aqui da zona Leste. A gente não pode se esquecer de falar do Padre Ticão nessa luta. Ele liderou esse processo. Então, é a luta por uma universidade pública para a população da zona Leste.

A Vereadora Elaine Mineiro esteve conosco na primeira turma de Geografia, quando a gente abriu o curso de Geografia, porque ela também é geógrafa. Então, ela esteve lá. A Vereadora Juliana Cardoso está sempre apoiando o nosso *campus*.

Na verdade, eu queria falar um pouquinho porque eu convidada aqui. Agradeço o Pedro, que me convidou para vir aqui. Eu escrevi aqui para poder falar bem rapidinho, para não tomar muito tempo. Então, vou ler rapidinho aqui:

Eu tenho acompanhado, feito pesquisa principalmente no Jardim São Gonçalo. E aí eu queria contar rapidinho para vocês um pouco da experiência do Jardim São Gonçalo. Conheço a Silvia, também por essa atuação no Jardim São Gonçalo. A comunidade Jardim São Gonçalo está localizada aqui na zona Leste, mais especificamente na divisa entre o distrito do Iguatemi e o Parque do Carmo. Segundo o Plano Municipal de Habitação de 2009 a 2024, a área é considerada assentamento do tipo favela. Então, o Plano Diretor de São Paulo considera como uma área de assentamento tipo favela. Essa comunidade margeia o Rio Aricanduva e, quando tem chuvas é frequente a ocorrência de enchentes que atingem todos os moradores.

O processo implicou na remoção de, aproximadamente, 870 famílias, juntando o jardim São Gonçalo, o Tabor, o Piscinão Aricanduva II Lupércio de Souza Cortês e o tanque que fica localizado um pouco mais distante. Essas são comunidades que estão às margens do rio Aricanduva em lugares com riscos de enchentes e desabamentos.

Segundo o Plano Diretor do Município de São Paulo, essas comunidades foram redefinidas como uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, não sei se o jardim Palanque também é uma ZEIS -, e o que são as ZEIS? Tem cinco tipos de ZEIS. Nesse caso é a do Tipo 1, que é o caso do jardim São Gonçalo, ou seja, zonas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares habitados por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social. É um instrumento superimportante para pensar política pública.

_____ Tenho acompanhado, então, o jardim São Gonçalo desde 2019 e fizemos um projeto de resgate cronológico das ocupações e obras da Comunidade São Gonçalo, que consistiu em elaborar, de forma participativa, o levantamento da história do bairro. Construímos um site público que contém a linha do tempo, contém fotos e registros do processo de urbanização da comunidade para, justamente, auxiliar a população acerca dos seus direitos. (Pausa)

Só para concluir, o ano de 2019 - um ano antes da pandemia - foi marcado, no jardim São Gonçalo, pela remoção das famílias que moravam próximas ao rio. A Prefeitura tinha se comprometido a construir um parque linear, mas essa obra está parada, já não sabemos se um dia vai ter o parque linear, ainda assim as famílias foram removidas. Esses moradores mudaram-se para as unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, e as famílias continuam sendo removidas.

Durante conversas, diversos moradores relataram que não acreditavam que essas famílias seriam desapropriadas e as casas demolidas. Isso porque já tinham ocorrido diversos outros rumores de remoções. Após a desapropriação, as casas foram demolidas, sobrando até os dias de hoje - 2022 - ruínas e entulhos dessas casas.

Uma das principais críticas feitas pela população é o acúmulo de entulho, segundo relatos é comum ver: escorpiões, baratas e ratos em áreas próximas às casas das famílias que ainda permanecem na comunidade, o que gera grandes riscos à vida dos moradores, principalmente às crianças, que são mais vulneráveis e frágeis.

Em 2022, ainda, além dos entulhos das casas, temos o lixo que se soma a isso, e tem uma situação sanitária péssima para os moradores da comunidade. Além disso, o Metrô de São Paulo está construindo a Linha 15 - Prata e novas remoções, agora dos comerciantes, estão sendo realizadas.

Tivemos a formação da Associação dos Moradores, também, por parte dos moradores, e uma nova eleição para a composição do Conselho Gestos de ZEIS.

Para concluir, sei que estou falando de outra comunidade, mas é importante trocar essas experiências, porque acho que isso fortalece a luta, pois muitas coisas que passamos por aqui, todos passam lá também.

Queria ressaltar que esse movimento do jardim Palanque começou após a morte de dois adolescentes aqui no bairro. A violência dentro dos limites da Cidade é grande, seja violência por ação da Polícia, seja violência do crime.

Queria só chamar a atenção, agora, para outro tipo de violência que, na verdade, vamos vendo a partir da vivência dos moradores. Essa insegurança é a insegurança que o Poder Público gera na vida dos moradores. É uma insegurança criada a partir de outro tipo de violência: a violência do processo de urbanização. Todo processo de urbanização planejado pelo Estado está baseado em relações de mercado. A base da nossa sociedade é a propriedade privada. Essa lógica exclui, cada vez mais, as pessoas que são pobres e que vivem às margens dessa mesma sociedade.

Ao lutar por políticas públicas, precisamos levar em consideração que a ação policial nas favelas também é política pública; que as remoções dos moradores também é política pública; que o despejo daqueles que não conseguem pagar o aluguel também é política pública. O Wilson comentou da reintegração de posse. Reintegração de posse também é política pública.

Não queremos política pública embrulhada em papel de violência, de ameaça e de insegurança. Precisamos de política pública que resgate os moradores das periferias para condições de justiça, respeito e dignidade. Obrigada, desculpem pela demora no tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, professora. Queríamos só deixar o registro do relatório para poder incorporar aqui na nossa audiência pública e também pedir autorização dos números que vocês fizeram e apresentaram, por slide, se pode ficar arquivado, aqui, com a Comissão. Obrigada.

A nossa Vereadora Elaine vai se despedir, porque ela tem outra tarefa na Câmara, e o Júlio continua conosco.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – É isso, gente. Primeiro, gostaria de agradecer a escuta dos territórios. Acho que quando chegamos aqui, a ideia é escutar as demandas e levar para o nosso trabalho. Então agradeço esse papo.

Também agradecer ao Júlio, que também é Coveador da Mandata Quilombo, que continua aqui, enquanto vou para a Câmara, pois, daqui a pouco, teremos uma votação também difícil para o nosso povo lá naquele espaço.

Agradeço, então, a escuta. Quero dizer que estamos por aqui e a Ju já nos cantou a bola que a audiência não queremos nem esperar julho, queremos chamar uma audiência já no começo do ano que vem para conseguir vir com as devolutivas de forma mais rápida possível.

Também a Mandata Coletiva Quilombo Periférico fica sempre à disposição dos nossos territórios para que façamos os diálogos importantes.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Vou chamar a Edna que é do Conselho Tutelar, lembrando que vou ficar apertando todos vocês com relação ao tempo. Podemos ficar aqui até uma hora, precisamos finalizar à uma.

A SRA. EDNA GONÇALVES – Boa tarde, bom dia ainda, obrigada. Quero agradecer, Vereadora Juliana, essa iniciativa de trazer essa audiência pública para a comunidade, porque temos muita dificuldade de levar o povo para o Centro. Nossas famílias já

têm tantas dificuldades para sair daqui e ir para lá. Então, parabéns por essa iniciativa.

Aproveito para pedir, e já me coloco à disposição, para fazermos uma audiência lá no Distrito São Rafael. Sou conselheira, estou conselheira tutelar no Distrito de São Rafael. Eu e a Conselheira Sueli, que está ali atrás, fizemos questão de passar por aqui, de agradecer essa iniciativa, viu, Silvia, que veio do CCA também, junto com todos os serviços aqui da região, porque, é verdade, tudo que acontece aqui, reflete lá também.

Temos uma única Subprefeitura que atende três distritos, como disse o nosso colega Eugídio: já estamos aí com quase 700 mil famílias na região, ou mais. Vale lembrar que temos muitas áreas de ocupação; temos muitas áreas, hoje, que a Secretaria de Habitação - que acho não ter ninguém aqui representando - está fazendo as remoções, cria os apartamentos, leva famílias de toda a Cidade, traz famílias de toda a Cidade para a nossa região. Só que eles não pensam nas políticas públicas de Saúde, de Educação, de Cultura, de Lazer, de Segurança.

Então, assim, não adianta trazer famílias de outros lugares para cá e não ampliarem o Posto de Saúde! Também não contratar mais médicos! E não criar mais creches e não dar condições de construir mais escolas. Temos lugares aqui que não tem uma escola. É tudo muito longe, tudo muito distante.

Quero falar da importância de ter mais um Conselho Tutelar no Distrito São Rafael, até porque estamos aqui para garantir direitos ou, pelo menos, cobrar que esse direito seja garantido.

E sem a ajuda da população, sem a ajuda dos nossos Vereadores e dos nossos governantes, nós não conseguimos trabalhar. E política pública, veja, também não adianta ter um Conselho Tutelar a mais e não ter política pública na região, porque, vejam, vai ter mais um Conselho Tutelar, mas a UBS é a mesma, os profissionais são os mesmos, a escola continua sendo única. Então não adianta. Precisamos ter mais políticas públicas eficazes, e não só no papel.

Outra questão que eu gostaria de só fazer um adendo é a regularização fundiária. Também moro numa área de ocupação e toda vez que vamos cobrar um direito, que é nosso,

nos dizem: "área de ocupação é uma área de favela, área irregular", então cadê a regularização fundiária?

Como o padre falou, o CCA está lá numa área verde, é isso padre? Espera aí. Se todo mundo sabe, se a Subprefeitura sabe - e ela, infelizmente, não está aqui -, por que não trabalhar a regularização fundiária na região? Para o povo, para a comunidade não pode, mas para os comércios e as grandes empresas está tudo liberado! Eles vêm para o nosso território, eles usam as nossas terras e não pagam impostos, olha que legal. Então nós temos de cobrar sim.

Portanto, contem conosco, estamos lá no Conselho Tutelar do Distrito São Rafael. Não é parque São Rafael, é do Distrito, mas estamos enquanto liderança, enquanto comunidade e também enquanto moradora da região. E enquanto sofradora também, porque passo pelas mesmas coisas que vocês. Podem contar com o Conselho de São Rafael. Espero que, na próxima, o Conselho de São Mateus consiga estar aqui também. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Estava tentando combinar aqui, a Secretaria, a Assistência Social não mandou representante, o Gabinete não mandou, mas tem o CRAS. A minha pergunta é: você quer fazer sua fala agora para indicar alguns pontos, responder algumas questões, ou eu passo para as outras Secretarias que ainda não falaram e você fica para o final.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Você fala agora? Então, tá, que era primeiro a Assistência Social.

O SR. WILSON PORDEUS DEDIS – Vou falar, como dito no início estou na Gestão do CRAS e também sou morador do território. Sei de algumas dificuldades que tem na gestão no sentido de ter autonomia para deliberar sobre implantação de algum serviço no território, mas a necessidade todos sabem que tem, inclusive, não só no palanque, como principalmente lá no final, na Terceira Divisão, Recanto, Arantes.

O último serviço nosso, naquele território, é o CC Alta Alegre, que a gerente está

aqui, a Elaine, com capacidade para 60 crianças e adolescentes. Então sabemos da necessidade de ampliar a rede, isso é um desafio, porque a equipe do CRAS é mínima, é uma equipe mínima das mínimas. É uma equipe mínima para atender um território muito extenso, então, implantar serviços também significa, além de toda uma articulação política orçamentária com a gestão municipal, é conseguir ainda desenvolver o acompanhamento desse serviço no território.

Fica aqui, então, nosso compromisso no sentido de ter essa provocação. Acho que é importante constar isso no relatório, pois veio a provocação do Flarison quanto ao CJ para a região, porque isso nos fortalece no sentido de, internamente, poder cobrar para que consigamos fazer o processo inverso, e não esperar que venha a abertura de serviços da Secretaria para o território, e sim, que o território tenha condição e autonomia de propor a ampliação do serviço aqui. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agora, na minha lista, a Secretaria de Direitos Humanos, representada pela Tifani.

A SRA. TIFANI DECLAIRA PAULINI COELHO – Pessoal, bom dia, como a Juliana disse, estou representando a Secretaria de Direitos Humanos.

Acredito que tenha de falar sobre a pergunta principal feita, com relação à criação de Conselhos Tutelares nos territórios. Temos dois conselhos aqui, o de São Mateus e o de São Rafael. São os dois conselhos que atendem essa região.

Nós, da Secretaria, estamos trabalhando, hoje, na regulamentação da nova lei que regulamenta a estrutura, organização e funcionamento dos conselhos tutelares. Em breve, vamos lançar o decreto que vai regulamentar essa lei.

Nesse decreto, e na própria lei, está dado qual o trâmite para abertura de novos conselhos e, basicamente, é o estudo de vulnerabilidade, o estudo socioeconômico, o estudo de viabilidade e, por tudo que vocês viram aqui - e nós sabemos -, fica evidente que existe vulnerabilidade dentro desse território.

Mas, para a abertura de um novo conselho não é na eleição do Conselho Tutelar que isso é definido. É preciso que tenhamos estudos qualitativos e quantitativos. Com essa nova lei,

estamos prevendo a obrigatoriedade do uso de um sistema. É um sistema que vai poder ser utilizado pelos conselhos tutelares e que vai poder nos dar esses dados para que possamos, de fato, embasar a criação de novos conselhos.

Hoje, isso ainda não existe. Nós não temos esses dados para o estudo de viabilidade, mas já estamos prevendo uma formação, para o próximo semestre, justamente para que os conselheiros possam fazer o preenchimento desse sistema e fornecer, então, os dados que precisamos para a implantação de novos conselhos.

A Secretaria vem atuando em diversas comissões justamente para fortalecer as redes, porque é notório que a atuação do Conselho Tutelar é importante, é relevante, mas se nós não tivermos uma rede fortalecida, o trabalho do Conselheiro Tutelar fica muito esvaziado, porque o Conselho Tutelar existe para a garantia do direito, ele é um reivindicador do direito. Se ele não tem uma rede, uma retaguarda, fica uma atuação muito diminuída. Então temos atuado também em diversas comissões para fortalecer essas redes.

É isso. Obrigada.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. TIFANI DECLAIRA PAULINO COELHO – Fazemos parte da Comissão de Enfrentamento Contra a Violência e Exploração Sexual e participamos de diversas comissões com atuação voltada para a Cidade. Para esse território, o que temos de mais próximo é uma atuação na primeira infância. Aqui são territórios prioritários e nós atuamos nesse sentido. Mas podemos, sim, pensar em ter uma atuação mais efetiva aqui, com relação a tudo o que vocês trazem, claro.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tifani, temos uma demanda bem objetiva, que, enquanto estamos falando com os outros, você poderia consultar no Gabinete: qual é a forma de atuação que vamos poder ter - a Secretaria de Direitos Humanos - nessa denúncia das mortes que teve aqui recentemente. Esse é um dos principais objetivos, a Comissão de Saúde; a Comissão da Criança já vai receber, já está recebendo a denúncia, mas precisamos ter algo, uma vez que vocês já têm expertise em outras regiões, para poder ajudar

aqui.

Nos encaminhamentos, já tenho algumas coisas, mas acho que você precisar se apropriar mais de como a Secretaria pode ajudar mais nesse sentido.

Agora, vou chamar a Secretaria Municipal de Cultura, do Eric, que está um agito, ele sentou aqui e quer falar, então, bora lá.

O SR. ERIC AUGUSTO ALVES – Obrigado, é que tenho de ir, depois, preparar os editais do Orçamento para poder executar, por isso realmente tem muita coisa para trabalhar e voltar lá no Centro.

Também sou de outra quebrada, sou do Itaim Paulista. Sei o quanto carecemos de políticas públicas culturais e o quanto ainda precisamos de políticas públicas para a zona Leste da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, estamos na gestão há um ano, eu e a Secretária Aline Torres, há um ano na Secretaria, com foco de descentralização dos recursos, pois é um dos focos que, realmente, estamos conseguindo empenhar. Hoje mesmo, um desses focos foi a questão da criação de um programa, o Rede da Hora.

Também estamos pensando em várias políticas públicas e uma delas, que vai ser mais rápida em relação a isso, é o programa Cultura na Praça. Esse programa é realmente uma difusão cultural e formação de público. Isso nós já começamos a conversar com a Subprefeitura de São Mateus, recentemente, no entanto, não conseguimos encaminhar para este ano especificamente. Mas, para janeiro, já começamos a fazer esse programa de formação de público, também com artistas nas praças que não tenham equipamentos culturais nesse momento.

Então, assim, além de criar equipamentos culturais, e isso é extremamente importante cada subprefeitura ter um. No entanto, a gente também acredita que a cultura também não só pode ficar à mercê do equipamento cultural, que também a cultura pode se fazer nas ruas e em vários ambientes.

Nesse sentido, em janeiro, já começa na região o processo de fazermos a formação

cultural e a difusão que é o programa Cultura nas Praças através da Coordenação das Casas de Cultura.

Com relação à questão da sala da Spcine, foi comentado que foi inaugurada e que não estava aberta. Não foi inauguração, para deixar bem esclarecido. Ali foi um anúncio de implementação da sala Spcine em São Mateus. Então, a gente está em um processo atual de licitação. A empresa já foi escolhida e no início de janeiro, início do ano, será a inauguração da primeira sala do circuito Spcine e vai ser no CEU São Mateus.

Isso é o que eu posso dar de encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Nesse edital onde que nós, do Distrito do Iguatemi, entramos para poder fazer as inscrições?

O SR. ERIC AUGUSTO ALVES – Então, são duas coisas diferentes. Uma questão é o programa na Cultura nas Praças. O que significa esse programa? É um programa de difusão cultural e de formação de público em espaços que não tem equipamentos de cultura. Fizemos um projeto piloto na zona Leste, na zona Norte também e na zona Sul. Estávamos em conversa com a Subprefeitura e realmente para os dias 17 e dia 18 teve um problema que eu não sei de fato o que houve, mas em janeiro a gente já consegue implementar em lugares que não têm equipamentos culturais.

Os editais de fomentos já existem e a gente realmente está fazendo também formação e também vamos pensar e trazer a informação em parceria com alguma escola pública e trazer para cá a informação de como se inscrever em editais porque a gente sabe também do processo burocrático que é um edital. Embora a gente reconheça que a cultura é popular, é viva, também temos os anseios burocráticos de uma administração pública.

Nesse sentido, a gente também está começando um programa de entendimento de formação para como se inscrever nos editais de fomentos, de participação cultural também.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Temos também uma demanda muito específica da Casa de Cultura do Palanque. Então, isso já é um pedido e uma solicitação bem antiga do movimento. Vou sugerir. Não sei se já tem. Já foi feito um documento solicitando essa

Casa de Cultura? Na burocracia? Porque tem que entregar na Comissão, tem que entregar para a Secretaria de Cultura e, além disso, tem a Comissão de Cultura que tem a subcomissão. A Elaine tem passado com os outros Vereadores em diversas áreas da região. Vocês já fizeram essa entrega oficial ou só tá na fala?

Então, encaminhamento para que a gente possa sair da fala e da questão mais burocrática, o diálogo da solicitação disso para entrega na Comissão de Cultura da Câmara, da Comissão da Criança, Adolescente e Juventude, para que possamos também encaminhar para a Secretaria de Cultura para poder dar conta de a gente sair da fala e começar na prática.

O processo realmente é extremamente burocrático. Só para esclarecer: o processo de fazer um equipamento cultural, buscar um equipamento cultural é, realmente, extremamente burocrático, porque não somente é somente o desejo da Secretária, o desejo do Prefeito ou o desejo de quem quer que esteja lá. Simplesmente, temos que achar o local, temos que criar cargos, temos que pensar a forma como isso vai ser, temos que fazer um projeto executivo, tem que fazer um projeto básico anteriormente. Enfim, além de ter a posse desse imóvel para a Secretaria, de onde seria esse terreno, de onde seria o melhor local, o local apropriado. Então, tem vários estudos em análises anteriores em relação a isso.

Então, realmente, tentando um encaminhamento a gente consegue já prever e pensar em fazer esses estudos preliminares.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Encaminhamento, não é debate. É encaminhamento. É isso? Porque se for debate, aí não vai dar tempo de ouvir as outras secretarias.

Objetivamente, das coisas que foram perguntadas, ele já respondeu, mas a gente também tem que fazer a nossa tarefa de colocar no papel para poder sair do caminho.

O SR. ERIC AUGUSTO ALVES – Uma questão, estamos também na Subcomissão de Cultura, junto, participando com o mandato também da Vereadora Elaine do Quilombo, também sempre lá presente. Podem participar também, podem questionar, podem enviar e-mail

também. O e-mail da Secretaria de Cultura está acessível a todos no nosso site. Podem enviar e-mail para também se reunirem comigo lá. Quero me reunir com a assessoria, da Secretaria de Cultura, porque a gente está lá para receber. A gente recebe todos. É uma Secretaria aberta. A Secretária Aline Torres foi das secretárias que mais recebeu movimentos. Então, a gente não está fechado para o diálogo e jamais vamos fechar. Conversa e diálogo são extremamente importantes, porque a cultura é viva e a cultura é necessária para a gente poder debater.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Eric.

A Secretaria de Educação não se apresentou. É isso? *Okay.*

Secretaria de Saúde vai dividir a fala com a Primeira Infância que é a nossa Mona Lisa.

A SRA. MONA LISA PANTANO DE CARVALHO – Boa tarde. Estou muito feliz em estar aqui representando a Secretaria da Saúde. São 30 anos como médica atuando no SUS. E, nessa região todinha de São Mateus, já quase mais de 20 anos. É um prazer enorme ver essa situação com muita dificuldade da nossa região do Iguatemi.

Eu trouxe alguns dados, mas, infelizmente, pelo tempo, vai ser impossível que eu coloque.

Mas, representando a Saúde, a gente teve uma boa melhora. Apesar da nossa unidade do Iguatemi ser muito pequena, mas é um ponto de apoio que temos para nossas gestantes, crianças e adolescentes.

Tivemos uma diminuição da gestação dos nossos adolescentes. Nossa mortalidade infantil também caiu porque temos feito um trabalho muito bom nesse sentido.

Temos um comitê de Primeira Infância que é bem atuante na região de São Mateus. Ele é composto pela SMADS, Educação e Saúde. Temos os protocolos que foram feitos e os coordenadores e supervisores já estão sendo capacitados. O próximo passo é capacitar os nossos gerentes e a nossa população porque trabalhamos integrado - Saúde com Educação e a Assistência Social. Temos caminhado bastante nesse sentido.

Está presente a Edjane, que trabalha conosco a muitos anos, enfermeira, nessa

região e vai falar um pouco da questão da nossa unidade do CDHU Palanque, que infelizmente precisamos sair daquele local para termos uma unidade melhor.

Quero dizer que independente do Palanque, a região de São Mateus é carente de hospital para as gestantes ganharem bebê. Nossas gestantes não têm um hospital. Elas são divididas em vários hospitais que não fazem parte do nosso território. Vocês sabem que quem mora aqui ganha bebê no Tiradentes e se precisar de uma maternidade de alto risco, estamos com dificuldade também.

Esse é um pedido que faço aproveitando a presença da Vereadora. Precisamos urgentemente ter um hospital para os nossos bebês nascerem porque senão eles não conseguem nascer. (Palmas).

Eu e a Edjane pensamos e propomos que as nossas adolescentes tenham na região uma casa de acolhida. Elas precisam. Existe em Campinas algo nesse sentido e queremos trazer para nossa região de São Mateus.

Dentro dos nossos 15 territórios de grande vulnerabilidade, São Rafael e Iguatemi fazem parte.

Falando pela Secretaria, agora, estamos com um trabalho com os adolescentes, junto com a Unicef, com a Cidade Tiradentes. É um trabalho bacana e legal. Acredito que tenham alguns adolescentes aqui que devem estar lá aproveitando. Mas eu sempre falo: “Por que não a nossa região de São Mateus?” Nós precisamos serviços.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Mona Lisa, tenho umas perguntas. Por exemplo, esse Centro de Acolhida é de vítimas de violência?

A SRA. MONA LISA PANTANO DE CARVALHO – A gente pensou nessas gestantes e adolescentes vítimas de violência.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Em relação ao hospital de gestante, eles ficam todos organizados entre Cidade Tiradentes, Itaquera, São Mateus.

A SRA. MONA LISA PANTANO DE CARVALHO – O do Iguatemi ganha em Cidade

Tiradentes. São Mateus ganha no Hospital de Vila Alpina. Os de São Rafael ganham, no geral, de São Mateus. Então, a gente está muito dividido e nessa divisão a gente pode perder muitos bebês. Entendeu? E isso acontece mesmo. Essa é uma realidade que eu vejo há mais de 20 anos nessa região.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não sei se estou adiantando a pergunta, mas elas tiveram uma atuação muito específica sobre a UBS Palanque.

A SRA. MONA LISA PANTANO DE CARVALHO – A Edjane pode falar. Ela é da supervisão e fica melhor.

A SRA. EDJANE BITTENCOURT ARAÚJO – Estamos aqui com a gerente Dona Sofia, os agentes comunitários e o povo que mora aqui. Muito bom. Pena que os adolescentes foram embora.

Sou Edjane. Eu amo esta região. É como se eu fosse moradora daqui. Trabalho nesta região desde 2000 e já trabalhei no Palanque antes de ter qualquer coisa, junto com a Roseli. Era uma perua, vinha com meu carro na lama, fazia planejamento familiar dentro da perua.

Não sei se vocês lembram de mim, mas eu amo este lugar. Temos a Dona Sofia e a nossa querida gerente Elaine e as agentes também. A Iara já foi Agente Comunitária lá atrás.

Para a gente ter uma unidade de saúde, precisamos primeiro de um terreno. Precisamos saber quem é o dono desse terreno. Se é de ocupação, se tem dono, regularização. Isso é um processo. Tendo o terreno, a Subprefeitura encaminha para a Gestão de Patrimônio. Lá, vai destinar para a construção da UBS.

Quero agradecer a Comissão da Criança e do Adolescente. A gente precisa mais espaços como esse porque é para o futuro cidadão com todo o seu potencial desenvolvido e protegido. A criança precisa ser protegida.

A UBS Palanque está no salão de festas. Inclusive, o CDHU não tem salão de festas e nenhum espaço de convivência porque a unidade está nele. Foi emprestado na época e lá ficou. Precisamos de uma unidade maior, que tenha equipe multidisciplinar. Enfermeiro não tem onde atender. Os grupos se reúnem no estacionamento quando não chove. Às vezes, o grupo

de apoio à mãe, ao aleitamento materno tem, às vezes, 25 mães, 20 e não tem onde reunir.

Precisamos realmente recomeçar esse processo que já começou. Precisamos pegar um motor potente. Estou muito feliz que a Comissão está na região. Temos de chamar mais atores da comunidade para participar e juntos resolvermos com o apoio da Prefeitura e dos Vereadores.

Tem de ter uma emenda parlamentar para isso e precisa do terreno e de ajuda.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não entendi. Você falou que já existe um terreno que não sabe o dono. É isso?

A SRA. EDJANE BITTENCOURT ARAÚJO – Não.

Tem terreno, gente, para o posto? Sim ou não.

- Manifestação do público.

A SRA. EDJANE BITTENCOURT ARAÚJO – Tem? Então, eu não estava sabendo.

Dona Sofia vai falar sobre isso.

A SRA. SOFIA – Temos um terreno pertinho daqui. Fica ali embaixo. Há muito tempo que nós, do Conselho Gestor da Unidade, vivemos atrás desse terreno. Foi colocada uma placa. A Coordenadoria de Saúde veio e colocou uma placa. Já tiraram essa placa um monte de vezes e tornamos a pôr. Tem um barraquinho bem na frente que já pega um pedaço. Já está invadido um pedaço. Antes tinha um senhor que vendia uns terrenos de invasão, um grileiro que fazia isso. Todos sabem que ele foi morto aqui embaixo na avenida porque ele defendia aquele pedaço de terra. Acabei perdendo o contato. Por cinco vezes foi invadido e fomos lá e tiramos a pessoa que tinha invadido. Lutamos por isso.

A Subprefeitura sabe de toda essa polemica. Mas o pedaço que tem lá ainda dá para fazer uma ótima UBS. Precisamos de emenda parlamentar porque até agora foram só promessas. Nunca chegou essa emenda parlamentar.

A nossa UBS tem um atendimento muito bom, mas não tem onde. A Comunidade São Francisco empresta lá embaixo para eles fazerem reunião porque não tem onde fazer. Os prédios emprestam os pedacinhos que têm para a gente fazer as atividades de ginástica porque

não temos onde fazer na UBS. Tudo isso tem aí. Ninguém atende bem sem ter espaço, por mais vontade que tenha.

Os governantes precisam também ter a boa vontade e dar condições para que esses funcionários que tanto se esforçam façam. Se o Poder Público tivesse a mesma boa vontade que tem a gestão que vem aqui, não passamos por tanta coisa, não. Seríamos muito melhor atendidos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, efetivamente, tem o espaço do terreno.

Segunda pergunta: tem indicação no orçamento sem ser emenda parlamentar? Porque uma emenda de um Vereador não constrói uma unidade básica. Então, tem direcionamento de recurso do BID ou pensado especificamente?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Não. Entendi.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – O Palanque atende uma população de 11.236 pessoas entre bebês e idosos. É um território andante porque temos muitas áreas de ocupações e os pacientes que não conseguem entrar no território de delimitação para atendimento, fazemos o atendimento, mas acabamos atendendo fora de área.

A gente não consegue mandar o agente comunitário, o enfermeiro, o médico para fazer visita *in loco*, que é o nosso programa.

Há um tempo o documento foi arquivado. A Dona Sofia teve uma conversa com o Subprefeito e eles pediram para refazermos o documento. Então, estamos terminando essa documentação, mas também gostaríamos de um apoio.

Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Duas coisas. Primeira, que eu preciso que vocês encaminhem isso para a Comissão da Criança e Adolescente, mas também para a Comissão de Saúde, por favor, assim que tiver o levantamento. Segunda, já tem valor específico? Qual é o valor para a construção dessa unidade? Vocês não têm ainda? Isso a gente

pode sugerir, pedir para vocês fazerem o levantamento de qual o valor do custeio dessa UBS para a construção? Até para a gente poder trabalhá-la no Orçamento. E, assim, fica a dica que as audiências do Orçamento terminaram agora e o Orçamento da Câmara fecha dia 15. Isso significa que nós vamos conseguir incluir... Se a gente tem a informação, a luta dos Vereadores e para fazer a inclusão. Isso significa que vai acontecer? Vai ter de ser muita luta. Então, por isso que eu preciso urgentemente do valor que vai ser essa unidade básica para poder lutar pelo orçamento, porque, senão, só vai pensar no ano que vem.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – A dona Sofia está dizendo que a construção já foi aprovada em quatro conferências de Saúde. Na realidade, eu pensei que fosse um terreno, mas é outro, que estava desde o começo e que eu pensei que já tivesse perdido, mas não. E esse terreno tem ocupação.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ele virou uma ocupação.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – Uma parte dele.

P – Esse terreno é público?

R – É.

P – Tem certeza? Você já tem deliberação técnica se o terreno é público ou não.

R – Olha, segundo os estudos que fizeram no projeto... Porque foi feito um projeto e registrado... E quando saiu uma gestão que governava e entrou a outra, sumiram com isso e ninguém acha em lugar algum.

P – Bom, então a gente não tem como caminhar. A gente pode colocar lá o valor do quanto custa para subir uma unidade básica de saúde, porque tem o valor específico para todas as unidades, né. Mas, gente, efetivamente para andar, a gente não consegue fazer nenhuma ação, e não é só para unidade básica de saúde: é para a Cultura, é para todos os equipamentos. Eu tenho de saber quem é o dono e o dono é da Prefeitura? Se é da Prefeitura, nós temos de ter documentado. Se não tem documentado, a gente fica na nuvem, tá. Então, tem uma parte de luta do movimento e tem uma parte burocrática. E essa parte burocrática, eu me coloco à disposição também, como Vice-Presidente da Comissão de Saúde, para ajudar e auxiliar. Mas,

se não, a gente fica aqui pensando no ideal e a gente não passa pelo processo burocrático. Então, independente de qualquer coisa: “Ah, queremos um terreno. Vamos construir a unidade básica aqui.” Tem o terreno? Ok. De quem é o terreno? Eu sei que eu estou estendendo e nós vamos falar, mas é importante falar isso, Júlio, porque eu participo de muita luta para a construção de terreno de unidade básica de saúde. Quando chega lá, a pessoa fala assim: “Olha, o terreno não é da Saúde”. Então, a Saúde tem de pedir para a Educação, por exemplo: “Educação, a gente quer construir aqui uma unidade básica. Educação, você topa?” Aí, a Educação tem de dizer assim: “Topo”. Então, aí, a partir do “topo”, de topar, a Educação passa para a Saúde para depois a Saúde ir atrás do recurso para construir. Então, tem um processo burocrático e a gente precisa entender. Eu só dei um exemplo.

Então, o que eu sugiro para a gente não se estender e ir para o próximo ponto: buscar as informações corretas, principalmente as burocráticas, para a gente saber onde está para poder dar o próximo passo. Isso significa que a gente não vai pedir indicação no Orçamento? Não, a gente pode colocar lá: “Queremos recurso para a construção de uma unidade básica do Jardim Palanque”. Eu não, necessariamente, preciso ter o endereço específico, neste momento, no Orçamento. Está certo?

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – Eu só preciso falar uma coisa, rapidinho. Eu quero falar, porque este assunto não surgiu aqui. É a questão da violência à gestante, a violência no parto. A Dra. Mona colocou um pouco da peregrinação da mulher que anda quilômetros para ir para a unidade, e com o filho no colo. Muitas vezes, quando chove, ela vem com lama, e ela chega na unidade com o seu pé sujo de lama, ela põe o saquinho no pé para trocar, às vezes, o chinelo pela sandália. Então, assim, essa mulher vem toda a semana aqui, às vezes, para o grupo de apoio ao aleitamento materno, que é um espaço que acolhe essa mulher, que escuta a sua dor. Ela fala da violência que ela sofre, às vezes, em casa, que é algo que é calado e não é exposto porque ela, às vezes, tem medo e o conselho sabe disso. E eu queria também deixar registrado a violência sofrida por esse bebê. Oitenta e cinco por cento dos bebês de gravidez de risco é prematuro. Nós queremos mais leitões, mas essa mulher precisa ser protegida em sua

gestação para gerar um bebê, desde a primeira infância, porque essa primeira infância não tem sido protegida. Nós temos a política pública pela primeira infância. Têm unidades na zona Norte e na zona Sul que estão como piloto, Tiradentes está entrando. Mas, Iguatemi e São Rafael... São Rafael em primeiro lugar. Alta vulnerabilidade na primeira infância. Iguatemi está em nono lugar, ou décimo primeiro. E isso por quê? Como foi falado aqui, o Censo não registra os bolsões. E eu achei muito interessante, aqui, a criança falando, a representação das crianças. Eu não quero ser esse. Mas, vem cá: a criança precisa não somente da parte intelectual, mas da parte afetiva. Então, nós precisamos, sim. Estavam falando da Praça, mas a Praça, para ter equipamento até para o pessoal fazer exercício, precisa da praça, porque a gente não tem praça aqui. Tem praça aqui, gente? Não tem praça.

E, para fechar, eu queria falar do estresse tóxico e também do bebê que chora muito e não tem colo, ele queima os seus neurônios, não têm sinapses e esse bebê... a janela dele de oportunidades, ou seja, a janela em que ele está aprendendo e tudo mais, essas etapas são queimadas e essa criança vai ter dificuldade na escola, vai ter dificuldade para socializar, vai ter dificuldade para ser um cidadão potente. E outra coisa: essa criança precisa mamar, mas para ela mamar, ela precisa de uma mãe que tenha licença maternidade de seis meses. E essa mulher que não trabalha e tem um filho, e essa mulher vai procurar um emprego, ela põe essa criança com três meses na creche. Nós temos a Mãe Paulistana, creche. Mas eu vou deixar o meu bebê com três meses na creche. A creche não recebe o leite materno. Ela não tem onde tirar, como tirar, nem como levar. E, aí, eu digo: esse bebê com três meses... Sete crianças para uma cuidadora, bebê menor de um ano. E, aí, esse bebê chora. Ela vai conseguir colocar no colo? Vai conseguir ter o feto? Essa criança vai chorar e vai ter o estresse tóxico, vai ter os seus neurônios danificados e não vai conseguir ser uma criança que vai aprender fácil, e essa criança vai ter dificuldade.

Bom, era isso. Então, vamos lutar pela primeira infância, pelas gestantes, pelas mulheres, pelas crianças. (Palmas) E eu quero agradecer a esta comunidade maravilhosa, que eu amo muito. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – *Okay.* Pessoal, a gente já passou do nosso tempo limite de uma hora. Então, que quero sugerir que a gente tenha mais quinze minutinhos. Passou esse tempo, eu não vou conseguir ouvir mais ninguém e eu queria muito fazer os encaminhamentos.

Então, a gente tem ainda para falar aqui a Fabiana, que ficou por último, mas as pessoas querem falar muito, e é bom, porque faz muito tempo que a gente não se reúne. E a gente tem milhões de desafios. Mas, então, vamos objetivamente ver o que a gente o que pode encaminhar aqui, da nossa Comissão.

A SRA. FABIANA ZACARIAS CESÁRIO FEITOSA – Boa tarde a todos, a todas e a todes. Saúdo também a Mesa.

Eu vou sem bem breve, inclusive, já incluindo os encaminhamentos, porque eu acho que isso viabiliza bastante, e respondendo a alguns questionamentos.

Para a Sra. Iara, não sei se ela está presente. Ela falou sobre a problemática da falta de equipamentos aqui no bairro, e que isso é um clamor de todos, de muitos. Primeiro, vocês têm de entender o seguinte: gente, políticas públicas não são feitas por inércia. Isso que vocês fizeram hoje, porque isso aqui não é a deputada, isso são vocês. Então, vocês provocaram a nossa vinda até aqui. Se vocês não provocarem, nós não vamos saber quais são os problemas que vocês apresentam e, posterior a isso, arrumar a solução e fazer os encaminhamentos necessários.

Para o Flariston e o Den, apesar da Tifani já ter respondido, em respeito eu vou responder brevemente que o pedido já está em análise, pois o CMDCA tem as regras que devem ser seguidas. Você, enquanto conselheiro, meu conselheiro, conselheiro suplente do CMDCA, sabe que existe uma dificuldade, e sem contar que nós temos o diálogo com toda a rede, para sabermos quais são as necessidades e dependemos de uma coisa – que eu não sei a maioria aqui participou -, que é o Censo. Sem o Censo nós não conseguimos medir o número de pessoas. Sem o uso do sistema Sípia, a gente não consegue ter essa dimensão e a necessidade de ter um outro conselho tutelar. Apesar de estarmos presentes aqui, sabemos que essa

necessidade é real, mas por conta de burocracia, para que não cometamos nenhuma ilegalidade, isso já está sendo verificado.

Para a dona Rose, que falou sobre as conferências. Eu, de uma certa forma, discordo, porque, sim, foi dada a oportunidade. E, aí, eu falo para vocês, está aqui um conselheiro que também participa das reuniões do CMDCA, tem voz dentro do CMDCA. Se eu estiver mentindo, ele é companheiro de vocês, vocês o conhecem há mais tempo, ele pode falar se não for verdade. Entre priorizar um evento presencial com as crianças e fazer injetar dinheiro no edital Fumcad, que é onde nascem as políticas públicas, a minha opção foi o Fumcad. Não é da região de vocês. Eu vou explicar brevemente. Fumcad é o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, onde as entidades da sociedade civil, sejam as de bairro, sejam as OSCs, aquelas pessoas que, a grosso modo, entregam cesta básica, que é a forma mais básica de vocês conhecerem, elas participam de um edital onde são elas que escrevem qual projeto que elas querem na região delas e o valor são vocês também que escolhem, são elas que escolhem, e nós, simplesmente, aprovamos. O mais próximo, aqui, de vocês, é na Cidade Tiradentes, que é um projeto chamado Voando de Drone e vai ser parceirizado em março do ano que vem, onde 50 adolescentes vão aprender a fazer manutenção, operar drones, porque eles conseguiram nos mostrar que drones salvam vidas, e não existe nenhuma empresa brasileira que faça esse tipo de trabalho. Então, serão 50 jovens beneficiados em um período de 24 meses. Então, dona Rose, realmente foi dada a oportunidade. Inclusive, nas conferências lúdicas, nós enviamos ônibus para as subprefeituras para que as crianças e os adolescentes pudessem participar, sim, dando voz, porque o protagonismo disso tudo aqui é deles, não nosso.

Teve alguém que falou sobre a Casa das Meninas Mães. Também é um projeto que foi parceirizado com o edital Fumcad, porém, na Vila Mariana. E por que na Vila Mariana? Porque o índice de prostituição, nível São Paulo, aquela região é uma das maiores que tem.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FABIANA ZACARIAS CESÁRIO FEITOSA – Elas são daqui para ir para lá.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FABIANA ZACARIAS CESÁRIO FEITOSA – Mas é isso que eu falo para vocês, para que isso aconteça, precisa da provocação de vocês. Porque eu sou a Vice-Presidente do CMDCA e eu nunca... O local mais próximo que eu vim foi no Instituto Box Hope, que fica no Iguatemi. Eu não conheço aqui a região de vocês. Então, quem sou eu para chegar e falar assim: “Olha, eu vou fazer isso”. Isso não vai ser bom para você. Se eu virar assim e falar: “Beleza, então eu vou fazer aqui uma Casa das Mães Meninas da forma que foi proposto lá”. Vai ser viável para você? Agora, se você chega para mim e você me apresenta isso, eu vou chegar para você e vou falar assim, olha: “Agora, sim, você está fazendo o correto”. É assim que nasce uma política pública. A política pública age a partir do momento em que você a provoca, porque, infelizmente, eu não tenho bola de cristal e não tenho pernas para estar em toda a Cidade, em todo o município de São Paulo. São vocês os meus olhos. Se vocês não cobrarem de mim, desculpa, eu não sei como que eu vou fazer para chegar até aqui. Então, é por isso que eu falo: a gente tem mais é que fazer isso.

E alguém também falou sobre a violência da primeira infância. Eu também faço parte do Plano Municipal da Primeira Infância. Nós estamos em reunião, há quase um ano..., desde quando eu entrei no Conselho, eu ainda era presidente. No dia 1º vai ter a última, vai ser o encontro presencial, e é o nosso último encontro para deliberar quais serão as diretrizes e o Plano Municipal da Primeira Infância. Então, para a primeira infância também tem, porque nós estamos com um olhar muito fixo, muito apurado. Tivemos alguns problemas porque se considera primeira infância, segundo o nosso entendimento, a partir do momento da concepção, mas legalmente eles diziam que não, que era a partir do momento do nascimento. E nós conseguimos provar que não, e que é a partir da concepção, porque uma mãe gestante está gerando uma outra vida e aquela vida não tem defesa própria. Então, sim, agora é a partir da gestação, que foi uma luta e nós conseguimos.

E vou falar aqui sobre um tema que não foi abordado, mas o pessoal da Saúde também está aqui, e que eu acho que é um tema muito importante e que tem a ver com tudo isso que nós falamos, que é sobre a prevenção de gravidez na adolescência. E, aí, eu posso falar em

nossa região, porque eu venho do Itaim Paulista. Estou bem ali, na divisa com Ferraz de Vasconcelos. Lá, nós temos as mesmas dificuldades que vocês aqui, apesar de lá ser um pouco mais desenvolvido, talvez porque lá exista realmente essa atividade de a gente provocar para que algumas ações se tornem políticas públicas...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FABIANA ZACARIAS CESÁRIO FEITOSA – Não. Eu não estou falando mal, até porque têm o Flariston e o Den, que fazem parte do Conselho e nunca levaram esse tipo de demanda para nós, e eu fiquei muito feliz por estar aqui participando com vocês. Então, assim, eu acho que falar sobre a prevenção da gravidez também é de suma importância, e através desse diagnóstico vocês conseguem detectar outras coisas também. Por exemplo, uma das coisas que foram muito pedidas, foi o psicológico das crianças e dos adolescentes que está totalmente abalado nesse pós pandemia. Então, a gente tem de observar nisso.

Então, eu agradeço muito a Vereadora e a todos também. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, pessoal.

Acho que só deixar um pouco claro no sentido de que essas relações de falar que entrou ou não entrou, não é neste local. Neste local é receber as demandas que são dos municípios para a gente poder avançar nas políticas públicas.

Então, eu queria passar para a Sílvia, para encaminhamento, senão a gente vai se perder no debate. Eu tenho coisas objetivas para encaminhar.

O SR. FLARISTON – Juliana, eu queria pedir desculpa. Só um minutinho, Sílvia, é que eu fui citado pela Fabiana, na condição de Conselheiro municipal. Quero deixar claro aqui, eu e um outro grupo de conselheiros, em relação às conferências. Nós, durante várias reuniões do Conselho, nos posicionamos contrários às conferências lúdicas por macrorregião no modelo virtual. Nós queríamos que as conferências fossem em cada região da Cidade e presenciais para a meninada participar, como aconteceu aqui, hoje. E nós fomos votos vencidos. (Palmas)

Portanto, quero deixar claro e dizer mais uma coisa: nós fomos votos vencidos. Inclusive, é importante dizer: nós estamos na Cidade mais rica da América Latina e não é

admissível dizer que não se criou possibilidade de participação da meninada por falta de dinheiro. Então, acho que é importante posicionar dessa forma aqui. E é importante também, por fim, dizer que, na representação do território, aqui no Conselho, a própria demanda do Conselho Tutelar e outras, inclusive da criação do Comitê de Participação do Adolescente, a gente está levando a cada dia da nova Gestão e a gente não está sendo ouvido devidamente lá. É importante pontuar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gente, eu não vou entrar no debate de CMDCA. Eu estou muito objetiva aqui para a gente poder encaminhar as demandas das pessoas que vieram aqui e a gente tem de encaminhar mesmo.

Silvia.

A SRA. SILVIA KIIHL DA SILVA RODRIGUES – Boa tarde, sou Silvia, represento a Ação Comunitária Padre Emir Rigon. Nós temos 50 anos de trabalho nesse território e um dos serviços é o Santo Adriano, onde se iniciou toda essa reflexão para chegar neste momento.

Primeiramente agradecer toda a Mesa. Acho que a fala dos meninos, dos adolescentes, dos jovens que estavam aqui, eu vim e quero resultados, um pouco nesse sentido. Acho que o primeiro resultado é esse e me sinto muito gratificada de termos conseguido, através da procura que fizemos, a demanda que trouxemos para a Vereadora Juliana, conseguir fazer esta audiência pública neste território, dando oportunidade para que os moradores e também as crianças e adolescentes pudessem estar aqui.

Então, esse é o primeiro resultado. Isso tem uma propositura, tem um interesse e conseguimos fazer a primeira etapa daquilo que vinha nos incomodando, porque a fala das crianças, quando se apresentaram, disseram tudo para nós. E a partir daquela fala é que vimos desde fevereiro conversando, conversando. Sinto que hoje a Subprefeitura de São Mateus não está aqui, por várias vezes foi convidada a participar, esteve presente uma única vez, prontificou-se a ajudar, acompanhar, dar dados do território e nas demais reuniões, de março para cá, não se fez presente.

Agradeço a participação do CRAS e do CREAS, porque em todos os momentos, com

todos os dados que o Wilson trouxe, realmente vimos trabalhando juntos. A nossa organização vem em parceria sempre com a Secretaria Municipal de Assistência Social com esse trabalho. E foi no Santo Adriano que se iniciou essa preocupação.

Também me dirijo a Fabiana, reforço a necessidade sim do nosso pedido assinado com o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente de São Mateus, com a reivindicação do Conselho Tutelar. A partir daí é o momento também, é o espaço onde temos, com as outras organizações do território, para fazer o levantamento das demandas ligadas às crianças e adolescentes nos vários segmentos, saúde, educação, moradia, como já foi falado por todas as outras pessoas.

Então, deixo a minha fala no apoio de que esse já é o primeiro resultado em cima das crianças. Qual é o resultado? Foi a audiência. Então, já tivemos um ponto que conseguimos, mas que se dê continuidade, se busque essas informações para continuarmos esse momento de reflexão.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Silvia. Eu e o Júlio vamos dividir esses últimos 15 minutos, até às 15h30, para os encaminhamentos.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Em primeiro lugar é importante dizer que as resoluções do Conanda já sinalizam que a cada 100 mil habitantes tem de ter um Conselho Tutelar. E que a cidade de São Paulo tem um déficit histórico nas políticas de infância, em especial nas políticas de promoção e defesa, assim como nas políticas da proteção básica da assistência social e nas demais políticas apontadas.

Existe uma ineficiência do Estado no avanço das políticas sociais. É nosso dever, que somos mandatos combativos, ouvir as demandas da população e fazer o papel de cobrança do Executivo. E esse é o nosso compromisso enquanto Mandata Quilombo Periférico, haja vista que estamos indicando já para a lei orçamentária anual o valor de 1 milhão de reais para ampliação de serviços da proteção básica na assistência, porque achamos importante.

A segunda questão fundamental, não tem como não trazer aqui, muito bem apresentada pelo companheiro Wellington, nós temos uma Cidade que tem falhado com a

política de infância e adolescência. E é nosso dever como Poder Legislativo apontar essas falhas e cobrar do Executivo o seu papel apontando, inclusive, os indicadores raciais. A pobreza, a violência, tem raça, tem cor, tem gênero e tem corpos diversos. Não podemos esquecer das nossas meninas e meninos LGBTQIA+, que estão em situação de exploração sexual e por vezes são invisibilizados na cidade de São Paulo.

Dizer para a comunidade que uma das nossas assessoras pegou o contato de vocês, vou ligar e vamos vir aqui fazer uma conversa o mais breve possível, que é dever da nossa Mandata Coletiva. É uma Mandata do movimento negro da periferia, eu sou cria do movimento da infância, eu sou cria de Lajeado e temos de vir aqui conversar e dialogar. Entre nossos pares temos de resolver e criar estratégias, mas deixando esclarecido aqui que vamos oficializar algumas demandas, a Secretaria de Direitos Humanos, o CMDCA, porque precisamos retomar aquele edital pensado pela última gestão do CMDCA, que racializava o debate da infância.

E hoje temos uma ineficiência de serviços que atendam de forma qualitativa e abordem crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. E está aqui a grande professora, amiga, assistente social, Marlene Meris, moradora desse território, e que há muitos anos vem pautando esse debate. Está aí o Coletivo Força Ativa, que vem discutindo a questão da infância, adolescência e juventude preta há mais de 30 anos na Tiradentes, estão aí os companheiros da cultura apresentando. Então, é nosso dever enquanto Legislativo acolher essas demandas, pensarmos encaminhamentos e não dá para pensar em encaminhamento sozinho. Nosso papel é sempre construir junto com movimento, porque nos fortalecemos e quebramos as barreiras postas pelo racismo estrutural, institucional, neste país.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem, Júlio, obrigada. Agora vou para a objetividade. Primeira coisa, acho que esta audiência, literalmente, foi uma audiência de escuta no sentido dos problemas que estamos tendo aqui na região do Jardim Palanque.

Todos os que foram convidados, peço que levem para as instituições essa escuta, porque eu já não estarei mais como Vereadora, porém o Quilombo vai estar à disposição. E eu também venho já me colocando à disposição como Deputada Federal para participar dessa

segunda audiência pública, que acho que tem de ser passando as férias, janeiro, fevereiro, no finalzinho de fevereiro, começo de março, período em que as comissões vão estar ok na Câmara Municipal.

E aí, nessa segunda audiência, ainda não teremos um retorno deste encontro nosso, porque não vai dar tempo. Entendam bem, audiência pública tem de ser aprovada na Comissão da Criança, Adolescente e Juventude ou em outra Comissão, para podermos trazer a Câmara Municipal e a estrutura para cá, para ser como uma audiência pública. Normalmente, a Câmara começa a definição das suas comissões assim que volta do recesso, que é entre finalzinho de fevereiro, começo de março. Então, o primeiro pedido de audiência pública, na Comissão da Criança e Adolescente, dependendo da sua composição, pedimos para finalzinho de fevereiro, começo de março.

E qual é a sugestão que tenho da segunda audiência pública? Que se traga o segundo tempo, que é segurança, e engloba polícia, etc., e como Deputada também consigo puxar a polícia e a Guarda Civil Metropolitana, para podermos falar sobre a relação de violência que está havendo nesta região.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Ok. Então, o Júlio está dando uma outra ideia, primeiro chamar o movimento de direitos humanos, movimento negro e depois chamar outra audiência sobre isso. É que estamos falando especificamente do que colocaram aqui como uma violência que está acontecendo constantemente. Então, a violência constantemente não significa que a Polícia vai dar o tom. Significa que a Polícia também vai estar aqui sentadinha e ouvindo o que a comunidade está falando. Precisamos só definir isso daí.

Transporte, a Secretaria de Transporte. A Subprefeitura, se não quiserem vir os subprefeitos, não tem problema, a gente chama o Secretário ou o Adjunto das Subprefeituras para estar nessa reunião, porque São Mateus é a única região de toda a cidade de São Paulo, e olha que já sou Vereadora por quatro mandatos, não iniciei ontem, é a primeira vez nesses 14 anos, mesmo sendo de Oposição ou de Situação, que a Subprefeitura não dá as caras quando

é chamada para uma audiência. Então, temos de chamar o Secretário, muitas coisas eu tenho tratado lá na Secretaria, porque não tenho condição de tratar aqui na Subprefeitura.

Outra coisa, habitação, porque tem de ter a escuta da relação de regularização fundiária e das ocupações, que são extremamente importantes. E fazer mais uma chamada da Secretaria de Assistência Social, em que pese CREAS e CRAS estarem aqui, mas não são eles que definem se vai ter o serviço ou não. São eles que indicam, precisamos porque tem demanda, não é isso? Mas quem bate o martelo nesse sentido é a Secretaria de Assistência Social.

Então, a minha sugestão é que nesse segundo momento de escuta de audiência, seria configurado nessas seis secretarias. Ao mesmo tempo, no finalzinho de março, vamos para uma segunda mediação dessa Mesa, já fazendo indicativo do que avançou. Agora, só vamos conversar com o pessoal daqui só em março? Não. Aí é um papel que o movimento e o Fórum, quando pedem essa audiência pública, e me coloco à disposição, como o Júlio, para prepararmos coisas efetivas. Nós queremos aqui a Unidade Básica de Saúde, ok, saúde está aqui, a saúde precisa ser provocada, em que pese já sabe, já está na audiência, mas sempre precisamos dialogar muitas vezes. Quem é de movimento social, quem é de periferia sabe que o nosso Hospital de São Mateus não chegou ontem, chegou depois de muitos anos de luta. A nossa Universidade Federal não chegou ontem, chegou com muito tempo. Então, vamos ter de ter a paciência, mas de novo, mas de novo. Sim, de novo, e vamos aglomerando e organizando essa caminhada.

Segunda coisa, acho importante, aí já é um trabalho muito mais focado, nessa questão de pedir para a saúde. Falem para nós qual é a demanda que vocês têm, também posso provocar em ofício para vocês me responderem, acho que é até mais fácil, de qual é a peregrinação que está tendo hoje sobre as mulheres que estão peregrinando, quais são os leitos que temos especificamente dentro desses hospitais, que façam a demanda disso. Por quê? Porque se não temos isso, aí eu e o Júlio vamos lá no Secretário Zamarco, precisamos de leito. Aí ele vai perguntar: qual é o leito? Além de ser do Município, temos maternidade também no Município e no Estado. Aliás, o Estado cortou e está tudo indo para o Município e não tem

demanda que segura.

Então, o mandato do Deputado Paulo Fiorilo também está aqui, entre outros mandatos que estão presentes, o Hélio, entre outros mandatos que são de Deputados Estaduais do PT, do PSOL, de quem quiser vir. Vou falar uma coisa, não precisamos ficar partidizando, obrigando, porque fulano, beltrano, sicrano, não é esse o papel do Legislativo. O papel do Legislativo é unir forças para garantir e servir o povo, afinal de contas todos nós que somos servidores públicos aqui, estamos sendo pagos pelo salário de vocês. Então, nós precisamos juntar força, o Palanque está precisando de todo mundo que queira vir.

Agora, vou dizer uma coisa muito clara, se vir aqui para ficar falando que o Governo fez isso, aquilo, aquilo outro e efetivamente não ajudar, aí não sou eu, a Juliana que vai ficar brigando, mas é a população que vai enxergar quem é quem. Precisamos de gente que ajude, que avance, gente que coloque orçamento e recurso propositivo para a nossa região. Então, saúde nesse sentido precisava disso.

Casa de Cultura. Já tinha falado para vocês, qual é o terreno, mas é a Prefeitura que tem de dar. Desculpa, eu que venho de movimento social, nunca o Governo bateu aqui e falou: isso aqui é para você, está bom, essa é a área. Não existe isso, infelizmente, deveria existir, mas não existe. Então, vou repetir mais uma vez, quais são os locais que a Casa de Cultura do Palanque quer para começarmos a lutar. Saber se é terreno público, se não é, se tem orçamento, aonde vai, aonde não vai. É muito objetivo, senão ficamos aqui chegando, todo mundo escuta, fala, fala, fala, aí vamos embora e... Então, acho que essa é uma das coisas que precisamos caminhar.

Por último, dentro das minhas anotações, acho que o Fórum, os mesmos que solicitaram audiência, acho que precisamos, o Eugidio e quem está participando, transporte, ah, eu preciso de transporte aqui na região. Ok, qual é o transporte, para onde precisamos do transporte, quais são as dificuldades que estamos tendo. Aqui, o Foguinho colocou uma coisa, precisamos fazer o recapeamento da Vovó Carolina. É uma demanda. Pronto, já temos objetividade. Precisa mudar o ponto de ônibus. Pronto, já temos uma objetividade, porque

infelizmente, a Prefeitura, ou qualquer órgão, não funciona se coloca, olha, precisamos de transporte. Aonde? Qual é o indicativo, é Palanque, saindo de onde, qual é o trajeto. Tudo isso são coisas que precisamos colocar e objetivar para podermos avançar.

Em minha opinião, não sei se o Júlio está concordando, é dessa forma que vamos conseguindo dar os passinhos devagar, de tartaruga, mas vamos conseguindo dar o passinho para a frente. Ainda temos mais um informe do Júlio e assim, daqui a pouco, já vou encerrar os trabalhos. Se faltou alguma coisa, alguém levanta a mão para vir aqui no meu ouvido, para algum encaminhamento.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – A Mandata Coletiva Quilombo Periférico, hoje, às 19h, no Largo São Francisco, da USP, realizará audiência popular com lideranças do Movimento da Infância, para o lançamento da Plataforma Reaja - Infâncias e Juventudes Livres da Violência Racial.

Precisamos, a partir dessa conversa com os militantes do Movimento, que estejam lá com a gente, para pensarmos numa plataforma municipal de combate ao genocídio das nossas infâncias, adolescências e juventudes. E dizer do nosso compromisso com os territórios, com as lutas e defender política de proteção integral dessa forma, ouvindo, anotando, sistematizando, encaminhando e depois retomando com as devolutivas nos territórios. Esse é o nosso compromisso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Já entendi. Ele está aqui querendo reforçar a relação do recapeamento da Vovó Carolina e ponto de ônibus. Aí o que preciso, vocês já têm isso pronto, tenho certeza absoluta, só encaminha à Comissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, estivemos presentes na audiência pública, precisamos saber, Vovó Carolina inteira, até onde você falou, que eu não entendi.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Até a Tecmar. O ponto de ônibus tem de ser deslocado do número tal para qual número tal. Objetivamente, porque aí dentro da Secretaria de Transporte, nós encaminhamos: estivemos em uma audiência pública da

Comissão, e quando vocês virem para a audiência pública, vocês já têm que vir com a resposta. Não é chegar e falar assim, vamos ver. Se vocês adiantam isso, transporte, olha, queremos que vocês respondam objetivamente essa demanda, porque eles trazem para nós um pouco mais organizado.

Beleza, turma. Estamos bem, saímos bem. Então, declaro encerrados os trabalhos da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude, com a parceria e participação da comunidade e do Fórum. Parabéns a todos e a gente se vê em breve.

Muitíssimo obrigada.
